

Laura Bittencourt Alves

**“PODRÁN CORTAR
TODAS LAS FLORES,
PERO NO PODRÁN
DETENER
LA PRIMAVERA”**

*A representação das
Madres de Plaza de Mayo
em O Estado de São Paulo
e no Jornal do Brasil (1978)*



A presente obra objetiva analisar a representação das *Madres de Plaza de Mayo* nos periódicos *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil* em 1978. O importante movimento das Mães, insere-se no cenário argentino em 1977, na luta contra as violações de Direitos Humanos causadas pelo regime ditatorial instaurado, o Processo de Reorganização Nacional (1976-1983). Em 1978, estas Mães estampam os jornais e revistas do mundo inteiro, obtendo distintas representações, quando seu país servia de sede para a Copa do Mundo. O Brasil, por sua vez, também passava por um período de Ditadura Civil-Militar. Logo, o presente livro compreende os posicionamentos e as distintas representações de periódicos de uma Grande Imprensa Brasileira que, apesar de serem favorável a regimes de Doutrina de Segurança Nacional, sofreram com a prática de censura.



**“Podrán cortar todas las flores, pero
no podrán detener la primavera”**

Direção Editorial

Lucas Fontella Margoni

Comitê Científico

Helder Volmar Gordim da Silveira

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Luis Rosenfield

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Tatyana de Amaral Maya

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

“Podrán cortar todas las flores, pero no podrán detener la primavera”

A representação das Madres de Plaza de Mayo em
O Estado de São Paulo e no Jornal do Brasil (1978)

Laura Bittencourt Alves



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

ALVES, Laura Bittencourt

“Podrán cortar todas las flores, pero no podrán detener la primavera”: a representação das Madres de Plaza de Mayo em o Estado de São Paulo e no Jornal do Brasil (1978) [recurso eletrônico] / Laura Bittencourt Alves -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

80 p.

ISBN - 978-65-5917-329-7

DOI - 10.22350/9786559173297

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Grande Imprensa Brasileira; 2. Direitos Humanos; 3. Terrorismo de Estado; 4. Processo de Reorganização Nacional; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Agradecimentos

Em todos os momentos importantes da minha vida, gosto de citar algumas frases do Paulo Freire. Nesse sentido, começo os agradecimentos com esta: “*O educador se eterniza em cada ser que educa.*”. Presto, assim, meus sinceros agradecimentos a todos os professores da PUCRS que estiveram presentes em minha jornada, em especial à Eliana Ávila, Gislene Monticelli, Maria Cristina dos Santos, Marçal de Menezes Paredes e Tatyana Maia, do curso de História, e à Rebeca Martínez Américo, do LEXIS. Todos vocês estão eternizados em meu coração e são fonte de inspiração para a profissão que almejo seguir.

Também agradeço aos colegas e amigos que fiz nesse caminho, e que me fizeram perceber que existe companheirismo no meio acadêmico, em especial aos membros do Grupo de Estudos História e Mídia da PUCRS, por me ajudarem em horários não-convencionais com indicações de bibliografia, e ao Vinicius Terra, um dos meus maiores presentes do curso de História, que pretendo manter para sempre em minha vida.

Agradeço aos meus pais, Elisângela Bittencourt e Gelson Alves, por todo o suporte emocional e psicológico. Fico extremamente feliz por acreditarem em mim, apoiando o meu sonho de ser historiadora, mesmo em períodos socialmente e politicamente sombrios.

Por fim, agradeço ao meu querido orientador, Professor Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira. Helder possui um encantador amor pela História que é percebido em cada aula e orientação. Sua paixão em transferir ensinamentos inspira-me diariamente. Assim, agradeço o empenho diário em transformar a vida dos alunos através do conhecimento, e por estar comigo nesta jornada desde 2019 com a Iniciação Científica.

Ojalá podamos merecer que nos llamen locos, como han sido llamadas locas las Madres de Plaza de Mayo, por cometer la locura de negarnos a olvidar en los tiempos de la amnesia obligatoria (GALEANO, 2010).

Lista de siglas

JB	<i>JORNAL DO BRASIL</i>
MPM	<i>MADRES DE PLAZA DE MAYO</i>
OESP	<i>O ESTADO DE SÃO PAULO</i>

Sumário

Introdução	15
<hr/>	
1	26
Entre repressões e resistências: as consequências da Guerra Fria no cenário sociopolítico sul-americano	
<hr/>	
2	38
Considerações sobre a imprensa	
2.1 O Estado de São Paulo: a almejada liberdade transformada em restrição	41
2.2 O <i>Jornal do Brasil</i> : o periódico de diversas faces e fases	46
<hr/>	
3	51
“O mundo terá a oportunidade de conhecer a verdadeira Argentina”: da preparação à Copa de 1978	
<hr/>	
4	64
A Argentina após a Copa de 1978: quem ficou com a legitimidade?	
<hr/>	
Conclusão	72
<hr/>	
Referências	76
<hr/>	

Introdução

A imprensa, utilizada como fonte e objeto de estudos historiográficos, é capaz de assumir o papel de testemunha e produtora da História, pois ela se encarrega de compreender um acontecimento do presente como digno de ser registrado em seus meios, transformando-o em um acontecimento memorável do passado (BARBOSA, 2019). Levando em conta o importante papel da imprensa para a Historiografia, este trabalho buscará identificar a representação que ela é capaz de fazer a respeito de fatos, agentes e movimentos sociais em sua conjuntura histórica.

A presente Monografia objetiva, para além da compreensão da imprensa como fonte e objeto de estudos históricos, entender a representação realizada por dois dos principais periódicos brasileiros, *O Estado de São Paulo* (OESP) e o *Jornal do Brasil* (JB), sobre um importante movimento social em ascensão na Argentina nos anos 1970: o movimento das *Madres de Plaza de Mayo* (MPM).

O movimento argentino tem suas origens no final da conturbada década de 1970, após a ascensão de uma Ditadura Militar, conhecida como Processo de Reorganização Nacional (1976-1983). Utilizando de violência política, o Processo de Reorganização Nacional promovia o desaparecimento dos indivíduos argentinos considerados subversivos (NOVARO, PALERMO, 2007).

As mães desses desaparecidos decidem se unir, buscando explicações do governo para os ocorridos. Precisavam saber o paradeiro de seus filhos e a reunião em praça pública, a *Plaza de Mayo* na cidade de *Buenos Aires*, foi a última esperança para obter respostas e denunciar a violência promovida pela Ditadura Civil-Militar argentina (ASOCIACIÓN, 1999).

Portanto, na última semana de abril de 1977, as mães dos desaparecidos se unem na Plaza de Mayo e dão início ao movimento que ficou, posteriormente, conhecido no mundo inteiro, pela defesa dos Direitos Humanos, pela valorização e o não esquecimento das memórias da Ditadura Civil-Militar e pela exigência por justiça contra um dos períodos mais sangrentos da história da Argentina: *Las Madres de Plaza de Mayo* (ASOCIACIÓN, 1999).

O recorte cronológico abarcado nesta Monografia concentra-se no ano de 1978. O ano é representativo para a história das *Madres de Plaza de Mayo* e do Processo de Reorganização Nacional pelo grande evento que ocorreria no país: a Copa do Mundo. Um regime, em plena ditadura, seria responsável por organizar um grande evento, na presença de jornalistas do mundo inteiro, enquanto as *Madres* poderiam utilizar-se dessa oportunidade para fazer suas denúncias chegarem em outros locais, para além da Argentina (ASOCIACIÓN, 1999), como nos periódicos do Brasil.

Para compreender a representação do movimento *Madres de Plaza de Mayo*, utilizar-se-á a conceitualização proposta por Chartier (2011) e Jodelet (2001). *Representare* significa tornar presente ou apresentar novamente determinado objeto (SANTOS, 2011). Para Chartier (2011), o exercício de representação de determinado objeto envolve lutas simbólicas. Tal objeto pode estar ausente, sendo representado através da construção de uma memória sobre ele, ou pode estar presente, sendo representado através de sua exibição.

As lutas simbólicas que envolvem as Representações Sociais, definidas pelo autor, caracterizam-se pela existência de uma dominação dos grupos que são capazes de forjar a representação de determinados objetos. Logo:

As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem.

Ligam-se estreitamente a incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças a violência simbólica. (CHARTIER, 2011, p. 22)

A comunicação, por sua vez, é um fator fundamental para pensar as Representações Sociais, pois, além de ela ser capaz de forjar determinadas representações, ela faz com que suas ideias circulem. Assim, segundo Jodelet (2001), a comunicação possui um papel fundamental no diálogo com o sistema de representações:

Primeiro, ela é o vetor de transmissão da linguagem, portadora em si mesma de representações. Em seguida, à medida que engaja processos de interação social, influência, consenso ou dissenso e polêmica. Finalmente, ela contribui para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes para a vida prática e afetiva dos grupos. Energética e pertinência sociais que explicam, juntamente com o poder performático das palavras e dos discursos, a força com a qual as representações instauram versões da realidade, comuns e partilhadas.” (JODELET, 2001, p. 32)

Cabe ainda justificar a escolha dos periódicos analisados, inseridos na discussão historiográfica sobre a temática abordada. A História da imprensa está diretamente relacionada à História Social, Política, Cultural e Econômica dos diversos povos do mundo. Nesse sentido, a Revolução Industrial foi um grande acontecimento capaz de influenciar os rumos da História da imprensa impressa. A partir desse fato, o êxodo rural e a vida nos centros urbanos fazem crescer o interesse nos assuntos cotidianos, bem como políticos. Ademais, a partir da promoção da educação e letramento de alguns cidadãos, a imprensa começa a cumprir o papel de informar os cidadãos sobre os assuntos importantes do mundo, como as ocorrências políticas (BONICEGNA; HENRIQUES, 2019).

Assim, até os anos 1830, a imprensa impressa assume um papel político, de caráter quase panfletário. Os jornais expõem suas opiniões políticas para o público engajado e específico, como operários e trabalhadores (BONICEGNA; HENRIQUES, 2019). A partir de 1830 a imprensa segue novos caminhos. A invenção dos *penny press*¹, nos Estados Unidos da América, revela à mídia impressa um caráter objetivo. Era necessário utilizar da neutralidade para agradar o maior número de pessoas e assim, gerar lucros. Logo, o discurso que almeja alcançar a verdade dos fatos é proferido pela imprensa a fim de alcançar legitimidade na formação da opinião pública (BONICEGNA; HENRIQUES, 2019). Historicamente, todavia, não há neutralidade jornalística.

O jornal impresso como uma fonte inserida em seu contexto histórico é permeado por interesses, ideologias e posicionamentos nem sempre explícitos. Sosa (2006) cita:

O discurso jornalístico, [...] obedece às regras históricas e é o resultado de uma posição sócio-histórica, na qual os enunciadores se revelam substituíveis e o conteúdo apresentado está visceralmente ligado ao seu tempo. Dito de outra forma, os discursos construídos pelos jornais estão balizados pelo contexto em que foram criados. (SOSA, 2006, p. 110)

E, ainda:

O uso da fonte jornalística, [...] conseqüentemente, não tem como deixar de levar em consideração o viés ideológico, presente ou na feitura do texto ou em sua leitura à época em que foi produzido. Isso conduz, inapelavelmente, à pesquisa não só das peças textuais em si, mas também do momento histórico em

¹ Jornais populares, para distintos públicos. Sendo assim, seus custos de produção eram mais baixos. Tratavam de diversos assuntos do cotidiano urbano, como esportes, ocorrências policiais, etc. não precisando se comprometer politicamente. Segundo Silveira (2015), os penny press marcam a passagem “de uma imprensa essencialmente ligada às disputas ideológicas e partidárias da arena pública e estatal para uma atividade jornalística que vinha a reivindicar independência e autonomia em relação àquelas disputas, fundada na perspectiva de profissionalização, de empreendimento empresarial e de objetividade informativa”. (SILVEIRA, 2015, p. 190)

que foram produzidas e, dado o volume das mesmas, impõe-se ao pesquisador uma necessária e clara delimitação de cenários e tópicos envolvidos no processo. (SOSA, 2006, p. 111)

Ao considerar o período anterior abarcado pela presente pesquisa, deve-se compreender as especificidades da imprensa do Brasil. Napolitano (2017) afirma que os jornais da Grande Imprensa Brasileira², historicamente, seguiram no país uma tradição liberal, objetivando influenciar a sociedade brasileira de duas maneiras:

[...] forjar a opinião pública, categoria fetichizada que muitas vezes representa mais a “opinião publicada” conforme a perspectiva vontade dos editores-chefes e magnatas da imprensa [...] e pautar temas da política, tentando influenciar as decisões palacianas e parlamentares” (NAPOLITANO, 2017 p. 348).

Os posicionamentos da Grande Imprensa – em especial dos periódicos *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil* – em relação ao Golpe Civil-Militar instaurado no Brasil em 1964 serão interessantes ao presente trabalho. Ambos os jornais estudados apoiarão o golpe deflagrado contra o presidente João Goulart em 1964, sofrendo censura após a intensificação do regime ditatorial (NAPOLITANO, 2017)³.

Marconi (1980) afirma que desde a deflagração do Golpe Civil-Militar e a criação da SNI⁴ a imprensa brasileira não possuía total liberdade para tratar de assuntos políticos, sociais e econômicos em suas páginas.

² Jornais de grande circulação nacional, pertencentes à Imprensa Empresarial Informativa.

³ Os posicionamentos específicos, bem como, as censuras sofridas pelos periódicos, serão abordados no capítulo sobre “Considerações sobre a Imprensa”.

⁴ O Serviço Nacional de Informação, instaurado no Brasil em 1964, tinha por objetivo coletar informações em nome da segurança nacional, no âmbito de se proteger da subversão interna. Ver mais em: Oliveira, Sonale. A Ditadura Militar e o isolamento burocrático: o SNI, um estudo de caso.

Todavía, a partir de 1968, com a instauração do Ato Institucional 5⁵, a situação é intensificada. *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil* precisam enfrentar a falta de liberdade de informação através do confisco de algumas edições e, até mesmo, com a censura prévia e o cárcere do editor-chefe do periódico, desta forma: “[...] *toda a imprensa brasileira iniciou sua penosa caminhada para tentar exercer seu papel de informar à opinião pública, ao tempo em que sofria toda sorte de violência, das quais a censura foi a mais visível*” (MARCONI, 1980 p. 38).

A censura perdura por dez anos através de bilhetinhos, telefonemas e a presença do censor na redação, definindo o que podia ou não ser publicado. E, mesmo após a lenta abertura política no governo de Geisel, a informação não era totalmente compartilhada, por conta da autocensura:

É inegável [...] a concessão de maior liberdade de informar e de ser informado, outorgada pelos donos do poder. Não se deve, contudo, perder de vista que o simples ato de levantar a censura policial à imprensa escrita não que absolutamente dizer que ela tenha acabado e que, agora, a opinião pública esteja sendo bem informada. Continuam as leis bastante duras, permanecem as dificuldades de acesso às fontes de informação, prosseguem as restrições às rádios e televisões, restam as possíveis – porque já tradicionais – pressões políticas, e econômico-administrativas contra os meios de comunicação e, por fim, prolonga-se a censura interna, doméstica, feita por estes próprios órgãos e atendendo sempre a conveniências econômicas e convicções políticas pessoais”. (MARCONI, 1980, p. 114)

Apesar da censura e da repressão sofrida, é preciso compreender o panorama historiográfico recente sobre a imprensa na Ditadura Civil-Militar. Silva (2015) destaca que o caráter civil da Ditadura implementada no

⁵ Baixado em 1968, após maiores contestações contra o regime militar, o AI-5 permitia, ao presidente da República, cassar mandatos, intervir nos estados, fechar o Congresso Nacional, suspender os direitos políticos de cidadãos, entre outros. Foi o período mais repressivo da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Ver mais em: CPDOC. O AI-5. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>.

Brasil em 1964 foi marcado por consensos e consentimentos. Nesse sentido, jornais pertencentes à Grande Imprensa brasileira, além de apoiarem a chamada “Revolução”, relativizam seu caráter repressivo após os Anos de Chumbo:

Não raro, a historiografia brasileira evoca memórias em que a imprensa, outrora apoiadora do golpe de 1964, ao sofrer as consequências do rearranjo de forças políticas que originou a ditadura, através da censura e da perseguição a jornalistas, num ato de arrependimento seguido de ruptura, passa a combater o arbítrio e defender a democracia. Essa imagem, em grande medida distorcida, se assente em tons de *preto e branco* que silenciam apoios e retiram a complexidade do processo histórico, forjando a noção de trincheiras. A coerção não é o único elemento que explica existência da ditadura civil-militar brasileira e sua duração de 21 anos. Tampouco seu projeto de abertura política, que garantiu uma saída negociada, além da impunidade e imunidade aos seus agentes que torturaram, mataram e desapareceram centenas de pessoas, não teria sido possível sem a existência de alianças, entre setores militares e civis, que garantiram sua hegemonia durante o processo de lutar que marcou o final dos anos 1970 e início dos anos 1980. (SILVA, 2015, p. 217)

A partir da consideração dos consensos e consentimentos da imprensa, deve-se compreender o posicionamento dos periódicos estudados em relação aos acontecimentos do país vizinho – a Argentina. Se mesmo após a censura e repressão sofrida no interior dos periódicos, em certa medida ainda havia a relativização de um regime contrário à subversão na América Latina, a possibilidade de se legitimar um regime militar estruturado nos mesmos moldes do brasileiro, é alta.

Sendo assim, esta monografia também procura refletir a percepção do *O Estado de São Paulo* e do *Jornal do Brasil* em relação ao golpe civil-militar de 1976 na Argentina e, como essa pôde influenciar o entendimento e a representação das *Madres de Plaza de Mayo*. Foi possível para os dois periódicos, simpáticos aos governos de Doutrina de Segurança Nacional,

legitimar um movimento contrário aos horrores cometidos pelos mesmos?

Para responder as questões pertinentes ao presente trabalho, utiliza-se como método a Análise de Conteúdo proposta por Krilow (2019) e Zicman (1985). Conforme a estrutura metodológica organizada pelas autoras, deve-se conhecer previamente a História e as especificidades do periódico trabalhado.

Para tal, busca-se estudar “Atrás do Jornal”, “Dentro do Jornal” e “Em Frente ao Jornal”. “Atrás do Jornal” se refere aos elementos a serem compreendidos antes da publicação de determinado periódico, como o contexto histórico-social em que o periódico está inserido, proprietários, redatores e jornalistas. “Dentro do Jornal” se refere às principais tendências de publicação, bem como o uso da publicidade. Nesse elemento, podemos compreender a fonte de receita dos periódicos bem como seus compromissos externos. Por fim, “Frente ao Jornal” se refere ao público-alvo do diário.

Nos cuidados pré-textuais do periódico, antes da análise das notícias, Krilow (2019) destaca a importância de compreender a divisão de conteúdo interna dentro dos jornais. No caso desta pesquisa, todo o conteúdo analisado se encontra na sessão de notícias internacionais de ambos os periódicos.

Além disso, é necessário compreender o tipo de publicação que se pretende analisar, como destacado por Krilow (2019). Nesse sentido, a presente pesquisa prioriza a notícia publicada pelos periódicos, “*que se constitui como a informação cotidiana que é dada pelos jornais de maneira compulsória*” (KRILOW, 2019, p. 9)⁶.

⁶ Segundo Krilow (2019) os outros tipos presentes nos periódicos são: o editorial, que demonstra as opiniões do periódico estudado, a coluna, referente a editorias não necessariamente assinadas, a reportagem, que ocupa grandes espaços nas páginas de um periódico pois são frutos da iniciativa da redação de tratar determinado tema e, por fim,

Essas notícias foram encontradas e selecionadas através da busca por palavras-chave em seus respectivos acervos digitais⁷. Entende-se que, por uma limitação das plataformas, a busca por palavras-chave pode representar falhas quantitativas, não afetando a análise qualitativa, no entanto.

Após essas primeiras considerações, é preciso compreender o espaço em que a notícia analisada ocupa, identificando uma maior ou menor importância dada pelo jornal naquele assunto determinado. Segue-se a linha de leitura em “X” e se utiliza as Siglas Posições Publicidade como proposta por Krilow (2019). Por fim, detecta-se a presença da iconografia que reflete na “*potencialidade política de suas várias expressões de linguagem*” (KRILOW, 2019, p. 9).

Ademais das análises pré-textuais, compreende-se o texto nos periódicos. Neste momento, leva-se em conta o olhar diferenciado do historiador que, através de sua leitura flutuante e diferenciada, é capaz de interpretar aquelas páginas (KRILOW, 2019).

Utilizando a metodologia apresentada, para compreender a representação das *Madres de Plaza de Mayo*, em 1978, pelo *O Estado de São Paulo* e pelo *Jornal do Brasil*, foram selecionadas 10 notícias, sendo 4 do OESP e 6 do JB. Dessas, consideram-se as mais importantes, para fins comparativos, as notícias sobre os fatos noticiados por ambos os periódicos, como demonstra a tabela abaixo:

PERIÓDICO	DATA DA NOTÍCIA
<i>JORNAL DO BRASIL</i>	16/02/1978
<i>JORNAL DO BRASIL</i>	19/05/1978
<i>JORNAL DO BRASIL</i>	04/06/1978
<i>O ESTADO DE SÃO PAULO</i>	09/06/1978

os artigos, textos de opinião assinados por autores específicos, não correspondendo, necessariamente, à opinião oficial do jornal.

⁷ O Acervo digital do *Estado de São Paulo*, “Acervo Estadão”, pode ser acessado no link: <https://acervo.estadao.com.br/>. O acervo digital do *Jornal do Brasil*, presente na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, pode ser acessado no link: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<i>JORNAL DO BRASIL</i>	09/06/1978
<i>O ESTADO DE SÃO PAULO</i>	14/06/1978
<i>O ESTADO DE SÃO PAULO</i>	25/06/1978
<i>JORNAL DO BRASIL</i>	25/06/1978
<i>JORNAL DO BRASIL</i>	22/12/1978
<i>O ESTADO DE SÃO PAULO</i>	22/12/1978

Para o alcance dos objetivos, a presente monografia é dividida em quatro capítulos, além da Conclusão. O primeiro capítulo, intitulado “ENTRE REPRESSÕES E RESISTÊNCIAS: AS CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA FRIA NO CENÁRIO SOCIOPOLÍTICO SUL-AMERICANO”, tratará do contexto histórico da América Latina, especialmente do Brasil e da Argentina, entre as décadas de 1960 e 1970. Para a compreensão desse cenário, serão abordados os conceitos de Doutrina de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado.

O segundo capítulo, intitulado “CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPRENSA”, tratará algumas questões historiográficas e teóricas sobre a Imprensa como fonte e objeto de estudo. Também serão abordadas as histórias de ambos os periódicos estudados, compreendendo suas tradicionais ideologias. Além disso, haverá reflexões acerca dos posicionamentos dos jornais em relação ao golpe instaurado na Argentina em 1976. Assim, far-se-á uma breve análise sobre as notícias proferidas, no dia do golpe de Estado no país vizinho.

O terceiro capítulo, intitulado ““O MUNDO TERÁ A OPORTUNIDADE DE CONHECER A VERDADEIRA ARGENTINA”: DA PREPARAÇÃO À COPA DE 1978”, abordar as análises das notícias selecionadas até a Copa de 1978. Dessa maneira, objetiva-se nesse capítulo compreender a preparação argentina para a Copa do Mundo de 1978, bem como a realização do evento, e como esses foram noticiados pelos periódicos escolhidos. Entender-se-á, assim, os posicionamentos e representações realizadas pelos

jornais, frente ao Processo de Reorganização Nacional e ao movimento das MPM.

Por fim, o quarto capítulo, intitulado “A ARGENTINA APÓS A COPA DE 1978: QUEM FICOU COM A LEGITIMIDADE?”, abordará e analisará as notícias após o final do evento futebolístico. Compreender-se-á os saldos representativos delegados pelos periódicos para as *Madres* e para o Processo após o intenso ano.

Após os capítulos analíticos, a conclusão abarcará as considerações finais, identificando como *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil* representaram o movimento das *Madres de Plaza de Mayo* em suas páginas no ano de 1978. Ainda, serão refletidas possíveis continuidades de pesquisa para a presente temática.

Entre repressões e resistências: as consequências da Guerra Fria no cenário sociopolítico sul-americano

Inserindo-se no contexto de Guerra Fria, o cenário político e social latino-americano entre as décadas de 1960 a 1980 era pautado pela Doutrina de Segurança Nacional. Inspirada na Doutrina Truman, dos Estados Unidos da América, a Doutrina de Segurança Nacional compreendia a existência de um inimigo comunista onipresente, representante do bloco soviético. Esse inimigo – o subversivo – poderia destruir as civilizações capitalistas e cristãs do ocidente, portanto, era necessário utilizar mecanismos de defesa da ordem vigente (LEITE, s/d). Logo, diversos países da América do Sul, incluindo Brasil e a Argentina, fortificam as Forças Armadas nacionais, dando espaço para a instauração de um Estado de Exceção¹ a partir de um golpe militar.

Para se manter no poder e combater todas as ameaças internas, o Estado de Exceção adota como método a prática do terror, ou seja, legitima sua ação violenta frente aos civis. Portanto, há no Brasil e, principalmente, na Argentina desse período, o que Eduardo Duhalde (1999) definiu como Terrorismo de Estado.

O Terrorismo de Estado diferencia-se de outros Estados de Exceção vividos na América Latina em outros momentos, pois não se tratava apenas:

¹ Diferentemente do Estado de Direito, guiado pelas leis e pela vontade do povo, o Estado de Exceção visa suspender totalmente ou parcialmente a ordem jurídica, com o intuito de resolver a desordem e a insegurança interna. O Estado de Exceção pode incorporar diversas ações e faces ao ser instaurado: Estado de Sítio, Decretos de Urgência, Lei Marcial, entre outros. Ele é colocado em prática nas democracias modernas e foi extremamente recorrente nos países da América Latina do século XX. Ver mais em: Franco; Iglesias. El Estado de Excepción em Uruguay y Argentina, reflexiones teóricas, historias e historiográficas.

[...] del Estado militarmente ocupado, asaltado por su brazo militar, donde la coerción ha reemplazado las decisiones democráticas y donde el autoritarismo se configura en el manejo discrecional del aparato del Estado y en la abrogación de los derechos y libertades de los ciudadanos. Por el contrario, implica un cambio cualitativo y profundo en la propia concepción del Estado, se trata de un nuevo Estado, una nueva forma de Estado de Excepción. (DUHALDE, 1999, p. 249)

Esse novo Estado de Exceção possuía, concomitantemente, um duplo caráter: se baseava na legalidade, a fim de alcançar a legitimidade para a reestruturação da ordem social, ao mesmo tempo que possuía uma face clandestina, onde perseguia os inimigos internos (DUHALDE, 1999). Segundo Padro e Pelegrino (2020), os governos militares que aplicaram esse Terrorismo de Estado em seus cidadãos não possuíam, de fato, um projeto político e econômico. Dessa maneira, o vazio organizacional era compensado pela alta repressão contra os civis.

Ainda segundo Duhalde (1999), o Terrorismo de Estado tenta frear a contestação do capitalismo tradicional, que representava um sistema em esgotamento, bem como o avanço de movimentos sociais em toda a América Latina, em específico o movimento dos operários. Assim, iniciam-se as práticas do terror, que visavam dar fim às liberdades humanas, aos partidos políticos e às movimentações sociais, desarticulando a sociedade civil e política.

A chamada Terceira Guerra Mundial contra a subversão aplica suas técnicas para a reorganização social. Primeiro, cria-se o inimigo interno que seria o responsável por se infiltrar e corromper a sociedade. Esse deveria desaparecer, uma vez que sua detenção não o faria modificar suas ideias subversivas. Seu desaparecimento ajudaria a manter a face clandestina do Estado Terrorista. Logo, conseguir-se-ia neutralizar a infiltração e

influência do subversivo (DULHADE, 1999). O desaparecimento desse inimigo e a neutralização de suas ideias passaria por quatro tipos de lutas não-convencionais, segundo Duhalde (1999): o sequestro de cidadãos considerados subversivos, a tortura nos campos de concentração a fim de obter informações, as destruições psíquicas e as execuções.

Padrós (2007) também faz um debate acerca do Terrorismo de Estado nas ditaduras latino-americanas do período. O historiador afirma que é apenas no período entre as décadas de 1960 e 1970 que entende-se que o Estado, em diversos contextos e espaços, promoveu ações violentas contra seus próprios cidadãos ao os considerarem inimigos internos.

O autor afirma que o Terrorismo de Estado, presente nas ditaduras militares latino-americanas, é patrocinado pelos Estados Unidos da América que, em contexto de Guerra Fria, compreendia seus vizinhos ameaçados pelo comunismo soviético – especialmente após os êxitos da Revolução Cubana. Portanto, era necessário estimular ações pedagógicas estatais contra os inimigos internos, o que permitiria um maior controle estadunidense na região latino-americana (PADRÓS, 2007).

É válido destacar, porém, que os estudos sobre Terrorismo de Estado e as ditaduras militares ocorridas na segunda metade do século XX apenas ganham força nos anos 1990. Isso ocorre especialmente pelos longos e conflituosos processos de transição desses regimes, que envolveram debates políticos acarretando diferentes opiniões em relação às ações repressivas do Estado. Foi preciso um distanciamento temporal dos acontecimentos para que os pesquisadores pudessem tratar dos temas sensíveis do período (PADRÓS, 2007).

Esse cenário de terror e controle entra em vigor no Brasil em 1964, porém, tem sua origem no ano anterior, 1963. A crise política daquele ano e a baixa popularidade do presidente João Goulart, considerado aliado dos comunistas pela direita brasileira, gera a comoção para uma intervenção

militar, apoiada pelos civis e pela imprensa (NAPOLITANO, 2014). Assim, a Força Militar se articula, dando início ao golpe civil-militar de 1964, que deveria possuir um caráter transitório, protegendo o país da subversão comunista. Todavia, segundo Napolitano:

[...] o que se viu foi o abandono paulatino das ilusões “moderadoras” que estavam no espírito do golpe civil-militar, na direção de uma ditadura. O golpe civil-militar rapidamente se transformaria em um regime militar. O carnaval da direita civil logo teria a sua Quarta-Feira de Cinzas (NAPOLITANO, 2014 p. 67).

Napolitano (2014) também afirma que, apesar da repressão seletiva existente nos primeiros quatro anos de regime (antecedente à instauração do AI-5 em 1968), não poderíamos caracterizar o período como “Ditabranda”. Leite (s/d) entende que a ditadura brasileira utilizou mecanismos de legitimação – ao chamar o golpe de 1964 de Revolução, ao preservar a sucessão presidencial e o bipartidarismo, e ao garantir as eleições indiretas.

Os “anos de chumbo”, que caracterizam o ápice do terror da Ditadura Militar brasileira, iniciam-se em 1968, a partir da instauração do Ato Institucional 5. Para Alves (1984), o AI-5 representa a estruturação total do Estado de Segurança Nacional no Brasil, possibilitando a utilização do aparato repressivo contra os cidadãos, ao permitir o fechamento do congresso nacional, à cassação de direitos políticos e ao suspender o *habeas corpus*.

O cenário do terror é intensificado a partir de 1969. Há uma dicotomia no cotidiano brasileiro: de um lado o Milagre Econômico era responsável pelo alcance brasileiro à décima melhor economia do mundo, por outro, a repressão, legitimada pelo AI-5, radicalizava os conflitos políticos. Dessa maneira, os principais veículos de informação se posicionam

contrários ao regime e, como consequência, sofrem censuras em seus editoriais (GENTILI, 2004). É o caso do *O Estado de São Paulo* e do *Jornal do Brasil*.

A distinção lenta e gradual a partir da presidência de Geisel, que determina um projeto de transição democrática a longo prazo, é iniciada em 1974 e intensificada ao final de seu mandato, com a revogação do Ato Institucional 5 (MATHIAS, 1995). Apesar da permanência da repressão, há um certo afrouxamento do terror, o que permite o lento reestabelecimento da opinião livre do jornalismo. Esse é o contexto analisado na presente Monografia.

A Argentina passa por uma situação semelhante a partir de 1976, com a instauração do Processo de Reorganização Nacional. Após a instabilidade política e os diversos golpes militares ao longo do século XX, há a emergência do repúdio à imoralidade e à corrupção. Havia uma grande violência política, uma crise econômica e institucional, bem como um conflito interno entre os peronistas, possibilitando o avanço militar e a deposição de Isabelita Perón. As crises sociais, políticas e econômicas sucumbiram à falta de esperança de um futuro melhor (NOVARO; PALERMO, 2007).

As Forças Armadas, compreendendo o caos político e a ameaçadora aproximação do comunismo, adotam um discurso golpista. Tal discurso é baseado na tradição, na moral, na ordem e na anticorrupção. Com a liderança de Jorge Rafael Videla, o objetivo era dar fim à imoralidade e impureza do cenário político que se apresentava na Argentina, resgatando a tradição e a dignidade do cidadão argentino (NOVARO; PALERMO, 2007).

A sociedade civil, por sua vez, estava desarticulada. Diferentemente do sentimento que a tomava nos outros golpes militares, presentes no país desde 1930, havia agora uma menor consciência de ação política:

A crise inédita que o emoldurou deu lugar a um regime messiânico inédito, que pretendeu produzir mudanças irreversíveis na economia, no sistema institucional, na educação, na cultura e na estrutura social, partidária e sindical, atuando em face de uma sociedade que, diferentemente de episódios anteriores, se apresentava enfraquecida e desarticulada, quando não dócil e cooperativa, frente ao fervor castrense. (NOVARO, PALERMO, 2007, p. 26)

Em 24 de março de 1976 é instaurado um golpe militar que, muito mais preocupado do que destruir um governo praticamente inexistente, pretendia “*por nos trilhos uma sociedade afundada no caos*” (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 29). Para isso, é iniciada a perseguição aos inimigos do regime – Isabelita Perón e seus apoiadores políticos são presos, sindicalistas, militantes e membros da imprensa são detidos e a lista de desaparecidos começa a aumentar (NOVARO; PALERMO, 2007).

O Terrorismo de Estado no país vizinho foi elevado ao seu extremo. Além do treinamento militar proporcionado pelos estadunidenses para as Forças Armadas da Argentina, bem como à brasileira, houve um apoio dos oficiais franceses, que fizeram o uso das experiências na Argélia para criar e aplicar técnicas de terror (LEITE, s/d). Outro motivo para a extrema violência das Forças Armadas da Argentina com seus cidadãos é a existência de guerrilhas armadas pré-1976, que precisavam ser combatidas.

É nesse conturbado período de terror que as mães de desaparecidos políticos entram em cena. Nos primeiros momentos do Processo de Reorganização Nacional, criou-se um novo modelo de sociedade argentina que, a fim de combater a subversão de esquerda, era capaz de culpar os próprios desaparecidos e seus familiares pelos horrores ocorridos a eles. Logo, esta campanha de ação psicológica era capaz de cessar os questionamentos quanto às ações da Junta Militar do país (AZCONEGUI, 2012).

No entanto, a partir do constante desaparecimentos de jovens argentinos, o espaço privado de seus familiares, marcado pela dor da desapareição de seus filhos, transforma-se em espaço público de luta (AZOCONEGUI, 2012). Dessa maneira, inicia-se o processo de criação do movimento das *Madres de Plaza de Mayo*.

O percurso histórico, anterior à fundação do movimento, das mães destes desaparecidos, é muito similar ao da fundadora das MPM, Azucena Villaflor. Villaflor, uma comum dona de casa da época, começa a se preocupar com a vida de seu militante filho após a onda de golpes militares presentes na Argentina (OBLIGADO, 2006).

Quando seu filho é desaparecido pelo Processo de Reorganização Nacional, Azucena começa a percorrer a Argentina em busca de explicações e prováveis paradeiros de seu filho. Ela busca em Igrejas, Hospitais, Ministérios e tenta, inclusive, contato com representantes do governo, sempre sem sucesso (OBLIGADO, 2006).

Nesse processo de busca, Villaflor conhece outras mães afligidas pelo desaparecimento de seus filhos. Assim, cria-se um sentimento de solidariedade e luta conjunta que faz com que essas mães se unam em uma busca comum (OBLIGADO, 2006).

Essa busca adquire caráter público quando a fundadora do movimento decide ocupar a *Plaza de Mayo*, um importante local simbólico de Buenos Aires, em frente à sede do governo argentino, em abril de 1977:

Ella se paró en el medio del salón y con voz fuerte dijo “señoras, nosotras en vez de estar acá, tendríamos que ir a reunirnos en la Plaza de Mayo, como hicieron nuestros mayores a reclamar”. La gente, enseguida, dijo que sí, como no. Y lo hicieron el 30 de abril, porque había que elegir un día. (OBLIGADO, 2006, p. 234)

E com essa primeira reunião na praça, que é repetida a cada quinta-feira, cria-se um movimento marcado por diversos simbolismos. As mães decidem utilizar-se de distintos artefatos materiais para se fazerem conhecidas no mundo inteiro (CATELA, 2005).

Como primeiro símbolo marcante, há o uso do *pañuelo blanco* pelas *Madres*, panos brancos que elas utilizam ao redor da cabeça a fim criarem uma imagem que possa ser reconhecida. A cor branca remete à pureza e ao nascimento, em contrapartida ao preto, ligado aos terroristas do Estado argentino, representando a dor e o luto. Tais *pañuelos* são apenas utilizados na Praça e em locais onde desejam representar o movimento (CATELA, 2005; 2008).

Ainda em suas rondas semanais pela praça, as Mães seguram em suas mãos as fotos dos filhos desaparecidos. Essa ação permite que o indivíduo ausente esteja simbolicamente presente:

Las imágenes de desaparecidos durante la dictadura constituyen una de las formas más usadas para recordarlos. No reemplazan ni el duelo, ni el cuerpo, ni la tumba. Pero la foto se opone a la categoría desaparecido o asesinado, en el sentido que devuelve una noción de persona, aquella que en nuestras sociedades condensa los rasgos más esenciales: un nombre y un rostro. A partir de ella es posible enfrentar la categoría colectiva "desaparecido", "asesinado" o simplemente "muerto" (la cual engloba todas las individualidades sin distinguir sexo, edad, temperamento) y mostrar una existencia individual. De esta forma la imagen de una persona, sale del anonimato de la desaparición y recupera una identidad, a comenzar por el rostro. (CATELA, 2005, p. 7)

E, desta maneira, cria-se um movimento simbólico que é repercutido no mundo inteiro, mesmo após o desaparecimento e morte da fundadora².

² Em dezembro de 1977, Azucena saía cedo de casa para comprar um jornal, quando agentes da Junta Militar argentina a sequestraram, levando-a para um centro de detenção clandestina, a ESMA, dentro de um carro. Lá, outra detida que conheceu Azucena, relatou: "*Me dijo que no le importaba lo que le pasara porque no tenía nada que perder*". A fundadora das MPM é brutalmente assassinada nesta ocasião, possuindo mais de 60 anos de idade. Seus restos mortais apenas são identificados em 2005. Apesar do triste desaparecimento e morte da líder do grupo, Villafior

Contudo, é importante desatacar que a opinião nacional e internacional em relação a estas *Mães* será alvo de disputas representativas ao longo de todo o período de atuação (ASOCIACIÓN, 1999).

O ano de 1978, central para a presente Monografia, onde se fazem intensamente presentes tais disputas representativas, é fundamental para o governo de Videla. A copa do mundo de 1978, a ser sediada na Argentina, representava um grande paradoxo aos militares da Junta. Com a Argentina servindo de vitrine para o mundo, o país poderia demonstrar aos estrangeiros seu exemplo político de um exitoso regime militar presente desde 1976 – ou uma imagem negativa, com a crescente luta e valorização pelos Direitos Humanos³ que estavam sendo altamente desrespeitados no país (NOVARO; PALERMO, 2007).

O desejo de alcance de legitimidade poderia ser conquistado através do futebol, fortalecendo o regime:

A relação entre política e esporte é essencialmente cultural: quanto e como se poderá manipular politicamente o esporte depende de como e quanto o esporte existe nas raízes da cultura de massas. Para os argentinos, o futebol tem uma enorme importância social e simbólica; para muitas representações culturais e identidades populares, uma dimensão significativa do que os argentinos são, e são no mundo, é futebolística. (NOVARO, PALERMO, 2007, p. 209-210)

Portanto:

sempre dizia a suas companheiras de luta: “*Si me passa algo, ustedes sigan*”. Seguindo a luta, estas mães se caracterizam como um importante grupo de resistência contra os terrores ditatoriais argentinos, sendo reconhecidas no mundo inteiro até os dias atuais. Ver mais em: OBLIGADO, Clara. Azucena Villaflor, la madre del pañuelo blanco.

³ Segundo Bobbio (2004), os direitos naturais do homem são históricos, nascendo no início da Era Moderna, quando há a concepção de indivíduo. Todavia, eles apenas são afirmados mundialmente a partir da Declaração Universal de Direitos Humanos em 1948, após a II Guerra Mundial. Para a garantia desses direitos naturais e universais, a paz e a democracia são necessárias. Sendo assim, em períodos históricos onde a democracia não se faz presente, os direitos básicos do homem tendem a ser desrespeitados, como nas Ditaduras de Segurança Nacional. Segundo a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), são direitos fundamentais a liberdade, a vida, a opinião, a expressão. Além disso ninguém deve ser submetido à tortura.

El Mundial '78, [...] se constituía en una pieza clave en el rompecabezas de las relaciones de poder. Un acontecimiento propicio para anunciar y difundir los valores que la dictadura aspiraba insuflar en la sociedad argentina, apelando al atractivo brindado por la contemplación pasiva de una práctica deportiva, utilizando un dispositivo sólo indirectamente represivo. (ROLDÁN, 2007, p. 132)

Na Europa, todavia, haviam constantes protestos de Organizações de Direitos Humanos que objetivavam boicotar a Copa do Mundo de 1978 na Argentina (FRANCO, 2005). Logo, o regime faz grandes investimentos monetários para melhorar sua imagem ante o mundo – em estrutura física, para o melhor recebimento dos estrangeiros no país, bem como na mídia e publicidade, para despertar o sentimento de união dos argentinos (MAGALHÃES, 2019). Segundo Roldán (2007):

El campeonato implicaba obras de infraestructura de largo alcance y alto costo; igualmente ampuloso era el dispositivo publicitario que acompañaba a las construcciones. Los gastos fueron de varios millones de dólares, en un país que por entonces contaba con pocos estadios acondicionados para un campeonato internacional y con una red de infraestructura que si bien se había modernizado durante el peronismo y el desarrollismo no alcanzaba un estado óptimo. (ROLDÁN, 2007, p. 133)

Para as *Madres de Plaza de Mayo*, por sua vez, o Mundial de 1978 também representava uma grande oportunidade. Com a presença de jornalistas estrangeiros do mundo inteiro, essas mulheres poderiam denunciar as violações de direitos humanos:

En el Mundial, como les dije, sufrimos mucho. Sufrimos la indiferencia del pueblo. Los medios de comunicación, que eran terribles. El ataque desde el exterior diciendo que éramos antinacionales los que hablábamos en contra del

Mundial. Pero también vimos que cuando se inició el Mundial, había más periodistas extranjeros en la Plaza de Mayo que en el propio Mundial. Y que Holanda, en vez de pasar el inicio del Mundial, cuando éste comenzó pasó a las Madres marchando en la Plaza. (ASOCIACIÓN, 1999, p. 19)

É a partir desse jogo de interesses do regime militar (de obter legitimidade) e das MPM (de denunciarem para o mundo a violação dos Direitos Humanos) que se deve analisar os periódicos OESP e o JB. É necessário compreender que versão, ou versões, foram valorizadas pelos jornais e quais foram descartadas.

Vale, ainda, destacar a política norte-americana no período, uma das grandes forças representantes da Guerra Fria que afligia a política do cenário mundial. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, e especialmente no governo do presidente Nixon (1969-1974), a potência mundial do capitalismo se posicionava, frente aos países latino-americanos, no combate ao comunismo. Logo, é possível afirmar que, até 1977, os Estados Unidos da América possuíam simpatia aos regimes ditatoriais latino-americanos, auxiliando, inclusive, golpes civis-militares (MARTONARO, 2019).

Todavía, há uma mudança significativa na política externa norte-americana com a eleição de James Carter em 1977, que influencia os rumos políticos do Brasil e da Argentina. A crescente contestação das ditaduras do cone-sul pelos norte-americanos faz surgir um forte movimento pela valorização dos Direitos Humanos que acarretaria à presidência de Carter, político que valorizava a moralidade do país (MARTONARO, 2019).

Nesse sentido, o novo presidente implanta, em sua política externa, o enaltecimento dos Direitos Humanos, questionando a violência das ditaduras do Cone Sul. Em seu governo, há a produção de uma série de relatórios, com informações de monitoramento, que pretendiam compreender as denúncias de práticas terroristas cometidas pelos governos ditatoriais latinos (MARTONARO, 2019).

Essa distinta política é capaz de gerar algumas rugas com os governos sul-americanos, pois esses acabam por perder o apoio político de um de seus maiores aliados (MARTONARO, 2019). Todavia, deve-se levar em conta que a exaltação externa norte-americana aos Direitos Humanos é capaz de influenciar o olhar dos periódicos aqui analisados.

2

Considerações sobre a imprensa

A historiografia atual reconhece a grande importância da utilização de periódicos como fonte e objeto de pesquisa, no entanto, até a década de 1970, o cenário era outro. Na tentativa de buscar “a verdade dos fatos”, os historiadores desconsideravam a imprensa, uma vez que ela tenderia a um lado específico, com as paixões e opiniões de seus redatores sendo expressas (LUCA, 2019).

É apenas com a terceira geração da Escola dos Annales, aos fins do século XX, que a imprensa ganha destaque. Ao buscar novos problemas historiográficos, se faz necessário a utilização de novas fontes e se reconhece que, apesar dos periódicos não possuírem imparcialidade, eles representam forças políticas, opiniões e jogos de interesses que podem influenciar no cenário sociopolítico ou, até mesmo, representar uma ameaça aos governos (LAPUENTE, 2016).

Essa força política é identificada por Marialva Barbosa (2006) em seu trabalho sobre o papel da imprensa brasileira após 1930. A autora entende que, até os anos 1990, considerava-se a mídia de duas maneiras: um meio opressor e capaz de manipular o povo ou, a partir de sua relação com o público, um veículo capaz de construir a liberdade.

Tais exposições seguiam as interpretações das teorias sociológicas, ocasionando na ausência de sujeitos históricos, bem como em generalizações. Assim, Barbosa propõe pensar a imprensa através da historiografia:

Não se trata, por exemplo, apenas de dizer que a mídia pode determinar como pensar ou sobre o que pensar, mas interpretar por que isso acontece num

espaço social considerado, com determinadas especificidades que difere profundamente do que ocorre em outro espaço com historicidade diversa. (BARBOSA, 2006, p. 217)

A partir da interpretação historiográfica, a autora compreende que, desde 1930, a mídia brasileira assumiu uma simbiose com a política. Já na década de 1930, especialmente no Estado Novo, a imprensa das duas principais cidades do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo) assume um protagonismo em diversos momentos políticos decisivos. É nessa mesma época que se começa a pensar em um novo agente que faz parte da imprensa: o público – considerado como massa (BARBOSA, 2006).

Na década de 1950 a imprensa brasileira adquire o discurso da objetividade, legitimando-se como o único meio possível “*capaz de decifrar o mundo para o leitor*” (BARBOSA, 2006, p. 223). Apesar do discurso da objetividade, é nesse momento em que a imprensa brasileira assume o papel de Partido Político, no sentido de Gramsci:

O que os jornais pretendem é atuar no campo político, lugar onde se geram problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos, entre os quais os “consumidores” devem escolher, mas, sobretudo, conseguir mobilização cada vez maior do público. (BARBOSA, 2006, p. 225)

Na interpretação gramsciana, considera-se que dentro da sociedade civil a imprensa está inserida como um aparelho privado de hegemonia¹.

¹ Para compreender o conceito de Hegemonia: Ao definir o conceito de superestrutura, sendo composta pela Sociedade Política e a Sociedade Civil, Gramsci pensa sobre o conceito de Hegemonia. A Hegemonia é o que opera sobre a estrutura econômica e organização política da sociedade, mas também sendo é de definir “*sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o ato de conhecer*” (GRUPPI, 1978).

É na Sociedade Civil, caracterizada como “*o conjunto de organismos designados vulgarmente como privados*” (GRAMSCI, p. 20, 2001), que se disputa o controle hegemônico das ideologias de determinada sociedade. Segundo Moraes, na percepção de Gramsci, a Hegemonia “[...] *pressupõe a conquista de consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrecosques de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política*” (MORAES, p. 54, 2010).

Para Gramsci, os jornais seriam as escolas dos adultos, uma vez que a relação hegemônica é pedagógica (BRAVO, 2011) e, o jornalismo, além de satisfazer certas necessidades, teria o poder de criá-las, ampliando seu espaço de influência (GRAMSCI, 2001).

Os grandes jornais, que favorecem as ideias burguesas perpetuando a ideologia dominante, poderiam ser considerados como Partidos Políticos. Todavia, tais partidos não se inserem apenas no plano ideológico. Segundo o filósofo, além de possuírem o poder de transformar ideologicamente seus leitores, os jornais são capazes de influenciar elementos econômicos da sociedade, uma vez que produzem artigos (jornais) que são financiados por seu próprio público (GRAMSCI, 2001).

Nesse sentido, os jornais buscam a dominação da sociedade através da ideia do jornalista e do jornal como “os formadores da opinião pública”. Todavia, deve-se destacar que por diversas vezes esses grandes jornais burgueses orbitam e corroboram com a hegemonia do Estado.

Segundo Marialva (2006), essa teoria continua sendo válida para a imprensa brasileira da década de 1960. Com os diversos acontecimentos políticos do momento, os jornais lutam pela conquista da hegemonia:

A lógica discursiva – envolvendo críticas, confrontos e campanhas entre os jornais - é determinada pela necessidade de os veículos afirmarem suas concepções e legitimarem a identidade construída, na qual se sobressai a imagem de formador de opiniões. Concorrem, pois, pelo papel de divulgador, estruturador e centralizador das visões de mundo da sociedade. O embate travado pelos periódicos é uma luta de e pelo poder. (BARBOSA, 2006, p. 227)

Os anos 1960 e 1970 representam, novamente, a simbiose entre política e imprensa, especialmente por conta da presença da censura aos meios de comunicação, instaurada após 1960. Barbosa (2006), no entanto, atenta

ao pensamento no discurso sobre o papel da imprensa produzido *a posteriori* desse momento sendo, muitas vezes, idealizado:

A censura à imprensa, sobretudo após o Ato Institucional nº 5, AI-5 (1968) não atinge de maneira equânime toda a grande imprensa. Aliás, apenas uma pequena parcela dos meios de comunicação sofre diretamente com a ação da censura prévia. Há mais autocensura nesse período do que o efetivo controle dos meios de comunicação. Apesar disso, no discurso posterior sobressai a mítica de um período em que os jornalistas são verdadeiros guardiões da liberdade. A ação da censura não é nem unilinear, nem aleatória, nem a imprensa é vítima de maneira indiscriminada do algóz censor e assim procura brechas fundamentais para exercer sua “missão” de formar e informar, exercendo uma luta sem tréguas pela restauração da liberdade de imprensa. (BARBOSA, 2006, p. 228)

É importante, nesse sentido, identificar que a imprensa brasileira não pode ser considerada, de maneira unanime, como um vítima, vilã ou lutadora contra as opressões da Ditadura Civil-Militar instaurada no Brasil em 1964. Deve-se atentar que, logo após o golpe, a imprensa e as forças militares formam uma aliança hegemônica, que se dissolverá após 1968 (BARBOSA, 2006). É dessa maneira que se deve pensar OESP e o JB para compreender seus posicionamentos sobre os acontecimentos políticos e sociais da Argentina na década de 1970.

2.1 O Estado de São Paulo: a almejada liberdade transformada em restrição

O jornal *O Estado de São Paulo*, conhecido em seus primeiros anos como Província de São Paulo, é fundado em 1875 a partir de uma aliança entre as elites rurais e a burguesia paulista (ELEUTÉRIO, 2018). A partir de seu estabelecimento no mercado brasileiro, inserindo-se na Grande Imprensa, o jornal em formato *standart* (MÜLLER, 2019) torna-se um dos jornais mais expressivos do estado de São Paulo, podendo divulgar sua

opinião liberal aos seus leitores, bem como moldar a percepção pública da sociedade.

Essa opinião liberal pode compor certas contradições ao jornal na década de 1960. *O Estado de São Paulo* foi um dos maiores conspiradores a favor do golpe de Estado de 1964 que depôs João Goulart, portanto, como explicar que um liberal convicto – seguindo as palavras de Maria Aparecida de Aquino (1999) – foi capaz de apoiar uma Ditadura Militar que cerceava as liberdades civis?

O liberalismo pensado nos moldes John Locke era o seguido pelo jornal (CAPELATO; PRADO, 1980). A partir dos ideais *lockeanos*, os cidadãos na sociedade civil possuem a legitimidade de se rebelarem contra o governante quando este ameaça as liberdades individuais. Assim, para *O Estado de São Paulo*, João Goulart era apresentado como um tirano que atentava contra a propriedade, a liberdade e os demais direitos naturais do homem:

John Locke admite que para viver coletivamente e, ao mesmo tempo, defender os direitos naturais do indivíduo, para que o estado de natureza não se converta em estado de guerra, os homens igualmente livres estabelecem um pacto social que cria a sociedade civil. O governante, entretanto, apenas deve executar as leis naturais preservando a vida, a liberdade e a propriedade. Seu poder de governante é outorgado pelos membros da sociedade, podendo ser revogado pela insurreição destes, caso as autoridades cometam o abuso do mando. Assim, apesar de defender a democracia, *OESP* entendia as atitudes de João Goulart como interferência demasiada do governante e usurpação dos direitos naturais dos indivíduos, portanto, como alvo de resistência da sociedade civil. (AQUINO, 1999, p. 39)

Além de se oporem ao governo de João Goulart, os diretores do jornal *O Estado de São Paulo* acreditavam possuir uma consciência política capaz de alertar a sociedade brasileira aos perigos do governo de Goulart. Portanto, os diretores do periódico expressavam suas opiniões pessoais nos

editoriais, normalmente localizados na página 3. Ali, defendiam a democracia ameaçada por Goulart e apoiavam uma intervenção militar para a garantia dos direitos naturais do homem (AQUINO, 1999).

Todavia, a defesa pela liberdade representada pela intervenção militar acarretaria uma perda para o próprio jornal a partir de 1968. Com o AI-5 e, pelo menos até 1978, *O Estado de São Paulo*, assim como outros periódicos do período, tiveram sua liberdade de expressão cerceada (AQUINO, 1999). Ou seja, a almejada liberdade é transformada em uma restrição.

Assim, o ano de 1968 se configura nos mesmos moldes do ano de 1964. Os proprietários do periódico, apoiadores da intervenção militar, percebiam que o movimento de 1964 tinha levado a outros rumos. Era como se houvesse uma subversão dentro do próprio movimento, representada, principalmente, pelas duas linhas de militares que disputavam o poder: a linha-branda, ou o grupo Sorbonne, mais intelectualizada e que prezava por uma rápida transição; e a linha-dura, contrários a uma transição rápida, prezando por controle político pelos militares (AQUINO, 1999).

Portanto, discordando dos rumos do golpe de 1964, o jornal começa a se posicionar contrário ao movimento que culminou em uma ditadura. E, dessa maneira, ao representar uma ameaça à opinião pública favorável ao regime, iria sofrer censura (AQUINO, 1999). Em 1968, há alguns episódios que caracterizam o início da censura. Tais episódios referem-se a telefonemas instruindo o que poderia ou não ser publicado pelo periódico. Todavia, é de 1972 até 1975 que o jornal sofrerá com a censura prévia (AQUINO, 1999).

A censura prévia de 1972 a 1975 vetava todos os trechos do jornal que representassem ameaça ao regime. Na maior parte, vetavam-se as discussões sobre política e sobre a própria censura.² Também se vetaram notícias sobre a ditadura chilena que poderiam demonstrar ao povo brasileiro a similaridade de dois regimes militares (AQUINO, 1999). Porém, como destaca Aquino, é preciso perceber que a censura prévia sofrida pelo *O Estado de São Paulo* passava por diferentes intensidades. Em alguns momentos, especialmente nos períodos de debates para a sucessão presidencial, censuravam-se mais do que em outros.

Com muita criatividade, no entanto, o periódico era capaz de resistir. Utilizavam-se da criatividade para despertar a curiosidade dos leitores e fazer com que eles percebessem que algo não estava certo naquelas edições censuradas. Na maioria das vezes, onde havia o corte do censor, eram colocados alguns trechos dos Lusíadas de Camões. Assim, aos poucos, o público-leitor conseguia decodificar a metáfora trazida no jornal (AQUINO, 1999).

Após 1975, contudo, e especialmente após 1978 com a vitória dos militares da linha branda e a gradual diminuição de atritos entre os próprios militares, é possível afirmar que o jornal *O Estado de São Paulo* para de sofrer tal censura (AQUINO, 1999). No entanto, é necessário perceber de que maneira o periódico se posicionava em relação aos acontecimentos de seu país vizinho.

Na semana de 1976, em que se instaurou o Processo de Reorganização Nacional, a Argentina obteve destaque em todas as edições do periódico, inclusive compondo sua capa nos dias 21, 23 e 25 de março. As longas matérias, muitas vezes acompanhadas de imagens de Isabel Perón

² Segundo Aquino (1999), para o regime militar manter sua legitimidade, boas aparências e apoio da população, não se podiam divulgar a presença de censura que atentasse contra a liberdade de imprensa. Logo, censuravam-se as menções de censura.

ou dos militares conspiradores do golpe, foram escritas pelo correspondente Clóvis Rossi. O correspondente, no geral, considera que a tomada de poder pela Junta Militar Argentina se configura como um golpe do Estado. Todavia, enxerga prudência e motivos válidos que culminam nos atos dos militares. O país, ameaçado pelo terror dos guerrilheiros e pela corrupção, precisava de uma saída: “*Acredita-se, de modo geral, que a intenção é promover o mínimo possível de repressão e, de preferência, que possa ser identificada, imediatamente, com a punição da corrupção, mais do que de tendências político-ideológicas*”.³

Para *O Estado de São Paulo*, em seu governo, Isabelita Perón viveu “*dias de fantasia e solidão*” por conta de sua inexperiência política. Os militares, por sua vez, que acabavam de concretizar o golpe de 1976, eram intensamente elogiados pelo jornal. Massera, descrito como o político perfeito, era elogiado por seu profissionalismo, enquanto Agosti era destacado por ser um antiperonista convicto. Já Videla possuía todas as qualidades necessárias para um bom governo:

Homem de profundas convicções moralistas, católico fervoroso, um militar brilhante, exemplar, com um sólido prestígio entre os seus subordinados. [...] Por tudo isso é que os seus subordinados o consideram “um luxo para o Exército argentino”, observação que parece refletir, na medida exata, o prestígio deste militar de 51 anos, agora encarregado da tarefa de reerguer uma Argentina abatida por graves e antigos problemas. (OESP, 1976, p. 18)

Percebe-se, então, que o regime é legitimado pelo periódico. Portanto, a partir dessas primeiras considerações sobre o jornal *O Estado de São*

³ Edição de quarta-feira em 24 de março de 1976. Além do destaque ao Processo de Reorganização Nacional na capa do periódico do dia, há uma ampla matéria sobre a exigência da renúncia de Isabelita Perón pelos militares. A matéria ocupa toda a página 14 do periódico e é acompanhada de imagens das tropas do exército.

Paulo, pode-se começar a pensar seu posicionamento em relação ao país vizinho e, especialmente, às *Madres de Plaza de Mayo*⁴.

2.2 O *Jornal do Brasil*: o periódico de diversas faces e fases

O *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 1891) possui uma trajetória formativa envolta em diferentes aspectos políticos e sociais. Se em sua fundação se posicionava firmemente contra a República brasileira recém-formada, em pouco tempo admitirá diversas outras faces.

Em sua primeira fase o jornal assume um claro posicionamento monarquista. Sob comando de Joaquim Nabuco e Rodolfo de Sousa Dantas, o periódico emitia opiniões contrárias à República instaurada que, aos poucos, foram se intensificando.⁵ Se por um lado o periódico sofria represálias da própria República brasileira, por outro, não era bem-visto pelo movimento monarquista que o considerava muito moderado (FERREIRA; MONTALVÃO, 2001).

A segunda fase inicia-se com a direção do periódico sendo assumida por Rui Barbosa. É nesse período que o jornal modifica sua linha de posicionamento político: apoia a República brasileira, temendo por sua degeneração, representada pela figura e pela ditadura de Floriano Peixoto. Suas críticas à Peixoto adquirem um caráter feroz, representando retaliações ao jornal (FERREIRA; MONTALVÃO, 2001).

Em 1894, o periódico é vendido para a firma Mendes e Cia e, mais uma vez, passa por reformulações. Conhecido como “Popularíssimo”, nessa fase o JB se dirige diretamente para o povo pobre e oprimido,

⁴ Para fins analíticos, deve-se realizar a descrição física do jornal, compreendendo o provável público-leitor a qual o periódico direciona seus escritos. No ano analisado, cada edição do OESP possui cerca de 50 páginas, sendo a maioria composta por muitas notícias escritas, contendo poucas imagens. Isso revela um público-leitor das classes maiores. Seu conteúdo é dividido em diversas sessões, sendo a Internacional analisada na presente monografia. Além disso, em algumas páginas são notadas a presença de publicidades diversas, auxiliando o financiamento do periódico.

⁵ Logo após sua formação, o JB assumia posicionamentos moderados e contrários à República brasileira. Todavia, quando Nabuco assume a chefia da redação, tais posições são mostradas ao público de maneira mais clara, o que ameaça a existência do periódico.

retratando questões enfrentadas cotidianamente por eles, bem como os assuntos de interesse das classes mais baixas:

Ao reaparecer no dia em que se comemorava o quinto aniversário da Proclamação da República (1894), o diário apresentava-se como defensor dos interesses populares, numa clara demonstração de que deixara para trás as grandes contendas políticas que o haviam distinguido até então. A atenção às questões cotidianas que afetavam as camadas mais pobres da cidade – fossem problemas nos transportes ou preços dos gêneros alimentícios, a disposição de abrigar as queixas dos mais humildes, a ênfase em temas como abusos policiais, casos rumorosos e o resultado do jogo do bicho – respondia à decisão editorial de fazer do periódico o defensor dos pobres e oprimidos. (LUCA, 2018, p. 159-160)

O contato mais direto com o povo ocasionou uma grande popularidade do periódico, fazendo-o investir em uma nova sede na Avenida Central. Todavia, o JB adquire um caráter mais informacional, deixando a opinião em segundo plano:

Durante toda essa fase, oscilando entre o sensacionalismo, a exploração de casos policiais, as campanhas populares e a crítica dosada de humor e ironia aos costumes e ao governo, o *Jornal do Brasil* se caracterizou como um órgão muito mais informativo do que de opinião. Essa preocupação com a informação de interesse popular foi alvo de crítica dos demais órgãos de imprensa, que chegaram a apelidar pejorativamente o jornal de “O Popularíssimo”. (FERREIRA; MONTALVÃO, 2001, p. 6)

Após a modernização e a troca de sede, o periódico passa por dificuldades financeiras. Dessa maneira, faz o uso dos anúncios para cobrir seus custos de produção (FERREIRA; MONTALVÃO, 2001).

Segundo Leticia Krilow, cabe destacar que a partir da década de 1950 o periódico, que circulava em formato *standart*, alcançou certa independência financeira, podendo “*não depender diretamente da tutela de grupos*

econômicos e políticos” (KRILOW, 2018, p.57). Além disso, apesar de seu discurso popular, o JB era direcionado – e chamava a atenção – às classes altas, usufruindo de um viés católico-conservador (KRILOW, 2018).

É também nesse período que o veículo adota o discurso da objetividade jornalística. Da década de 1920 até o período analisado, o ano de 1978, o periódico assumiria um posicionamento moderado, apoiando ou criticando a candidatura de alguns políticos ao longo de sua trajetória⁶ – mas de forma discreta para a garantir de sua legitimação (FERREIRA; MONTALVÃO, 2001). Assim, “*o JB foi marcado politicamente por posicionamentos comedidos. Não costumava ser veemente na defesa de teses no debate público, sobretudo, acerca de temas políticos*” (REGINA, 2020, p. 55).

É a partir da adoção desse discurso que podemos pensar o JB nas décadas de 1960 e 1970. Foi possível para o jornal a expressão de opinião política em suas páginas, como o apoio ao governo de Goulart no início da década de 1960. Tal apoio é modificado, no entanto, quando o JB compreende que o presidente João Goulart representaria uma ameaça à democracia. Assim, o periódico se torna simpático à intervenção militar (FERREIRA; MONTALVÃO, 2001).

Ferreira e Montalvão (2001) demonstram o apoio do JB à Ditadura Militar a partir de suas considerações negativas ao presidente João Goulart e os elogios aos militares:

[...] afirmava o *Jornal do Brasil*: “Ousam eles acusar de rebeldia o governador mineiro, líder do movimento de restauração da legalidade com liberdade. Ousam eles, agora, os responsáveis pela subversão comandada de cima, pela comunicação do Brasil, acusar os democratas que se levantam em todo o país, de propósitos de desordem e vontade de ferir a Constituição. A legalidade está

⁶ O JB apoia a candidatura de Nilo Peçanha, posiciona-se contra a Revolução de 1930, bem como aos movimentos de esquerda e integralistas presentes no Brasil na década de 1930. Essas opiniões, no entanto, são emitidas com muita cautela na tentativa de manter o discurso da neutralidade jornalística. Ainda assim, o periódico sofre algumas represálias após a Revolução de Vargas, ficando 4 meses sem circular no mercado.

conosco. Estamos lutando por ela e vamos restabelecê-la. O Congresso está chamando a dizer quem substituirá o caudilho até as eleições de 1965, que assegurarão a continuidade do regime. A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado do comunismo.” (FERREIRA; MONTALVÃO, 2001, p. 15)

Porém, apesar das boas considerações do periódico em relação à Ditadura em certos momentos, houveram algumas críticas tecidas pelo JB, especialmente aos governos de Costa e Silva e Geisel. A maioria das críticas eram voltadas ao setor econômico do governo, todavia, o jornal se posicionava contrariamente à instauração do AI-5, sofrendo algumas represálias financeiras, censuras e prisões de membros de equipe.

Cabe, no entanto, observar como o JB retratou a instauração do Processo de Reorganização Nacional na Argentina. Em 26 de março de 1976, em uma pequena parte da capa do periódico, lê-se “*Imprensa de todo o mundo aplaude o fim do Peronismo*”. Trata-se de uma notícia, abordada nas páginas 10 e 11 do jornal, sobre a instauração da Ditadura Militar na Argentina e suas esperadas consequências.

Já nas primeiras informações contidas na capa, o JB destaca que a Junta Militar, ao organizar a deposição de Maria Estela Perón, estava sendo muito precisa em seus pronunciamentos, emitindo as mudanças que ocorreriam na Argentina. Além de punir a ex-presidente considerada corrupta, a Junta pensaria em projetos de melhoria para a economia, focando nos investimentos externos e na economia de mercado.

Ao contrário do OESP, o JB não expõe seu posicionamento em relação ao golpe de maneira tão visível, mas deixa subentendida sua simpatia a ele ao destacar as falas e os objetivos da Junta Militar:

O general da brigada [...], designado interventor na cidade de Buenos Aires, convocou os diretores de repartições aos quais fez uma preleção sobre os propósitos do novo regime e exigiu “moralidade, idoneidade e eficiência”, advertindo para a necessidade de “erradicar a subversão” que, segundo disse,

pode ter também caráter de “delinquência econômica ou delinquência administrativa”. Quem não estiver incurso nesses delitos, ressaltou, “nada tem a temer”. Frisou, no entanto, que isso não significa que não se possam cometer erros “porque só não comete erros quem não trabalha”. Ele quer os hospitais funcionando, as ruas limpas e arrumadas, e o trânsito ordenado, “o que não acontece”. (JB, 1976, p. 10)

Ainda, o JB destaca o posicionamento da imprensa mundial em relação ao acontecimento, considerando-o inevitável frente ao vazio de poder, o papel da Igreja (que pretende unir o povo novamente) e as primeiras ações econômicas a serem pensadas. Todavia, deve-se observar o que está implícito.

O conteúdo mais interessante apresentado pelo jornal nessa notícia refere-se a uma foto, ocupando a parte esquerda superior e centro superior da página – uma região de destaque. Nela, há um soldado cercado de pombos com a legenda “*Numa das praças de Buenos Aires, o soldado brinca com os pombos*”. Geralmente, pombos são utilizados como simbologias para se referir à paz, portanto, a escolha da imagem reflete um posicionamento subtendido do jornal: o regime instaurado na Argentina é capaz de, na figura do soldado, trazer a paz para o povo.

Somando a foto ao fato de o JB não trazer a fala de nenhuma pessoa contrária ao golpe na Argentina, entende-se que o jornal considera o regime legítimo, ao ser inserido em um contexto de grande crise. Cabe citar, no entanto, que seu apoio não é tão feroz e escancarado como o representado pelo OESP, que faz elogios à Junta. Porém, a partir dessas primeiras considerações, é possível compreender o estilo de posicionamento do periódico frente aos acontecimentos do país vizinho, como a representação do movimento das MPM.

“O mundo terá a oportunidade de conhecer a verdadeira Argentina”: da preparação à Copa de 1978

Quando a Argentina é anunciada como o país sede da Copa do Mundo de 1978, o presidente Videla e sua Junta Militar precisariam enfrentar um grande desafio. Seria necessário demonstrar ao mundo que as diversas denúncias que acusavam o Processo de violar os Direitos Humanos estavam equivocadas. Conforme a fala do presidente da FIFA, João Havelange, o mundo teria a oportunidade de conhecer a verdadeira argentina¹, a partir daquele ano.

Seriam exigidos esforços, principalmente midiáticos, para ocultar o terror diário e frear as diversas denúncias do movimento das MPM que ganhava repercussão fora da América do Sul. As *Mães*, por sua vez, aproveitaram-se da flexibilização da violência do regime para clamarem por seus desaparecidos.

Logo, pode-se compreender o movimento de preparação da Copa de 1978 e sua repercussão mundial a partir das notícias publicadas até o final do campeonato. Dessas, a maioria se concentra nas páginas do *Jornal do Brasil* abarcando a perspectiva do governo argentino, das *Mães da Praça de Maio* e da comunidade internacional. Já em 16 de fevereiro de 1978, na sessão internacional do *Jornal do Brasil*, há uma notícia sobre o cancelamento de uma missa na França, em homenagem ao bicentenário do

¹ A frase, proferida pelo presidente da FIFA, objetivou apoiar a permanência da Argentina como país sede do campeonato de 1978. Por conta do cenário político, haviam muitos protestos contrários à Argentina como país-sede da copa. Todavia, é necessário frisar que o apoio dado por Havelange era uma retribuição do suporte que recebeu pela Argentina para sua eleição como presidente da Federação. Ver mais em: Dantas, José. Espetáculo para além das quatro linhas: as interfaces entre, futebol, propaganda e autoritarismo nas copas do mundo de 74 e 78.

nascimento do herói e libertador argentino, San Martín. A embaixada argentina na França se preparava para comemorar a data simbólica no país, todavia, o próprio Cardeal Arcebispo de Paris vetou a homenagem.

O motivo para o veto seria o desaparecimento de duas freiras francesas na Argentina, ao participarem de um protesto pelo desaparecimento dos presos políticos na Praça de Maio, junto às *Madres*. Segundo o periódico, tal decisão teria causado mal-estar ao presidente Videla, uma vez que prejudicava o sentimento patriótico e católico dos argentinos na França. A partir da decisão da Igreja francesa pelo veto à homenagem de um importante símbolo da nação argentina, percebe-se um desconforto francês às violações dos Direitos Humanos praticadas pelo Processo de Reorganização Nacional. Com o clima de incomodidade, pode-se compreender que a articulação das Organizações pelos Direitos Humanos Francesas para o boicote da Copa de 1978 sediada na Argentina foi facilitada no país, uma vez que repercutiam na França as notícias sobre as violações dos Direitos Humanos.

Ainda na mesma notícia, o jornal apresenta a iniciativa da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sediada Washington, de investigar as denúncias pela violação de Direitos Humanos na Argentina. A comissão entende que “*nos últimos tempos aumentaram as evidências de que na Argentina as obrigações desse país com a Declaração Universal dos Direitos Humanos estão sendo desrespeitadas*” (JB, 1978, p. 12). O Jornal cita que a Comissão ainda espera uma resposta do governo argentino para uma investigação profunda.

A simples menção das denúncias mundiais contrárias às violações dos Direitos Humanos ocorridas na Argentina já demonstra o caráter específico do *Jornal do Brasil*. O periódico não se posiciona contrariamente aos fatos, todavia, ao trazer em suas páginas um conteúdo significativo sobre Direitos Humanos, anuncia ao público-leitor que o país vizinho não

havia alcançado a paz esperada pelo Processo. Logo, o público-leitor do JB consegue compreender minimamente o panorama de violência que os cidadãos argentinos enfrentavam.

O clima argentino inseguro é novamente demonstrado pelo periódico alguns meses após essa primeira exposição. A notícia da sessão internacional do *Jornal do Brasil* de 19 de maio de 1978, às vésperas da Copa do Mundo, traz o anúncio da sessão Norte-Americana da Anistia Internacional de uma campanha contra as violações de Direitos Humanos ocorridas na Argentina. Segundo a sessão, os cidadãos do país sul-americano têm sofrido com execuções, torturas e desaparecimentos. Além disso, a sessão denuncia o contrato firmado pelo governo argentino à empresa *Burson-Marsteller*, de Nova Iorque. O objetivo do contrato de mais de um milhão de dólares seria o de melhorar a imagem do país sul-americano através do envio de jornalistas estrangeiros à Argentina.

Ainda na mesma página, com autoria do correspondente Aluizio Machado, há uma importante menção ao movimento *Abuelas de Plaza de Mayo*². O grupo de avós publica no jornal *La Prensa* uma lista com mais de 2 mil nomes de pessoas desaparecidas pelo Processo, desde 1976. Segundo Machado, “*o problema das famílias empenhadas na busca de parentes desaparecidos conspira contra os esforços oficiais em favor de uma melhor imagem para o regime*” (JB, 1978, p. 12). A publicação das Avós

² As *Abuelas de Plaza de Mayo* originalmente são um subgrupo das *Madres de Plaza de Mayo*. Essas mulheres, além de terem seus filhos desaparecidos pelo Processo de Reorganização Nacional, tiveram seus netos sequestrados e retirados de suas famílias originais. Os netos das *Abuelas de Plaza de Mayo* poderiam ser sequestrados junto a seus pais, em operações militares, ou até mesmo nascer em cativeiro, enquanto suas mães grávidas estavam detidas nos campos de concentração clandestinos. Essas crianças poderiam ser mortas – se consideradas “infectadas” pela subversão de seus pais – ou doadas ilegalmente para outras famílias. Dessa maneira, a busca das Avós se diferencia das *Mães*, pois elas compreendem que seus netos nascidos em cativeiro estão vivos, porém sem o conhecimento de seus passados sombrios e identidades originais. Portanto, para recuperar seus netos doados ilegalmente, hoje adultos, essas avós construíram uma base de dados de DNA que permite a conexão genética entre um neto e uma avó. Até hoje, 130 netos já foram recuperados. Ver mais em: Diz, Maria Luisa.

Abuelas de Plaza de Mayo, hijos de desaparecidos, nietos recuperados y hermanos: de las “labores detectivescas a las acciones y producciones culturales, artísticas y mediáticas”. Puenzo, Luis. *La Historia Oficial* (filme).

é enviada em forma de carta ao presidente Videla, para as devidas explicações.

Aluizio ainda faz menção à importância da Copa de 1978 para as *Mães e Avós da Praça de Maio*:

Tanto quanto as autoridades, as famílias dos desaparecidos e as organizações pelos direitos humanos querem aproveitar a Copa para atrair a atenção do mundo. Assim é o caso do grupo de senhoras chamado *Las Abuelas de la Plaza de Mayo*, semelhante ao das já conhecidas *Locas de la Plaza de Mayo*, que procuram seus filhos. *Las locas* se reúnem todas as quintas-feiras, às 16h na *Plaza de Mayo*, perto da Casa Rosada, como única forma para chamar a atenção sobre seu problema: obter uma informação qualquer das autoridades para saber se seus filhos estão vivos em alguma prisão ou se estão mortos. (JB, 1978, p. 12)

O Jornal ainda referencia o periódico *Buenos Aires Herald*, que afirma que as manifestações de mães e avós não possuem fins políticos – essas mulheres apenas desejam reclamar por seus filhos e netos desaparecidos.

A informação trazida pelo JB se mostra de extrema significância. Se por um lado, o Processo de Reorganização Nacional representa as *Mães* do movimento como mulheres loucas, por outro, há a possibilidade de defesa das mesmas a partir da consideração de seus reais objetivos. Assim, o JB é capaz de demonstrar ao público-leitor as lutas simbólicas pela representação do movimento das MPM que ocorriam na própria Argentina.

A preparação argentina para a Copa do Mundo chega ao fim, dando início ao evento no primeiro dia de junho de 1978. Os saldos para o regime militar, na perspectiva das notícias do *Jornal do Brasil*, são negativos, uma vez que o periódico entende e menciona em suas páginas as violações aos Direitos Humanos ocorridas no país. As MPM, por sua vez, são representadas como personagens denunciadoras e sofredoras, não havendo menção a qualquer tipo de resistência contrária ao governo.

Apesar do posicionamento contido do periódico, recorrente durante suas várias fases históricas, o conteúdo que aborda é significativo em comparação ao OESP. As denúncias realizadas contra o governo argentino nos preparativos para a Copa do Mundo, bem como a atuação das MPM, foram completamente ignoradas pelo jornal paulista.

Menos de um mês após as denúncias das Avós da Praça de Maio, e no decorrer do grande evento, há uma denúncia internacional que atinge a tentativa argentina de passar uma boa imagem ao mundo. Na notícia da sessão internacional do *Jornal do Brasil*, de 4 de junho de 1978, percebe-se a censura cometida pelos militares argentinos com a imprensa estrangeira, a fim de omitir os importantes protestos contra a violação dos Direitos Humanos. O canal de televisão francês, *Atenne-2*, fazia a cobertura de uma das marchas semanais das MPM, todavia, eles foram impedidos pelo governo argentino de divulgarem suas filmagens para os cidadãos franceses.

Segundo um funcionário do alto escalão argentino, o governo é responsável por divulgar a relação de nomes de pessoas desaparecidas no país. Esse mesmo funcionário entende que não se deveria recorrer às MPM pois elas “*são umas mentirosas. Os jornalistas estrangeiros não devem dar-lhes importância*” (JB, 1978, p. 13).

Novamente o *Jornal do Brasil* é capaz de trazer em suas páginas duas representações distintas do movimento. Demonstra a representação realizada pelo governo, que compreende as *Mães* de uma maneira pejorativa, mas, ao mesmo tempo, problematiza tal representação ao citar a censura, os desaparecimentos e as denúncias internacionais sobre a violação dos Direitos Humanos.

É apenas oito dias após o início da Copa do Mundo de 1978 que o jornal *O Estado de São Paulo* referencia o movimento das MPM. Localizada na sessão internacional sobre a Copa do Mundo de 1978, a página 22 do

jornal OESP do dia 9 de junho, traz um título em destaque no topo da página: “*Manifestación desafía a seguridad do Mundial*”. Trata-se da primeira manifestação das MPM para além dos protestos semanais na praça.

Sob autoria do correspondente Marcos Wilson, narra-se o primeiro grande protesto das MPM, na primeira semana da Copa do Mundo sediada na Argentina – da reunião e concentração das MPM até sua rota à *Calle Florida* (uma das mais movimentadas de Buenos Aires). O conteúdo destacado pelo jornal, todavia, não é a importância e o simbolismo do ato, realizado estrategicamente durante a Copa de 1978 na presença de jornalistas do mundo todo, mas as consequências negativas que tal ação trazia para a Argentina e sua imagem construída durante o torneio.

Ao apresentar ao público-leitor o grupo de mães argentinas, o jornal se refere a elas como “*las locas de Plaza de Mayo*”, reforçando a representação negativa que o Processo de Reorganização Nacional tentava forjar às MPM. Além disso, OESP destaca todos os incidentes ao longo do protesto ocorrido no dia 8 de junho: incidentes com policiais e com os “cidadãos moderados” que se opunham à manifestação.

Ainda concentradas na Praça de Maio, chamando a atenção de curiosos argentinos e estrangeiros, as mães mostram cartazes com rostos de seus filhos desaparecidos. Segundo o periódico, elas repetem para os passantes: “*Queremos nossos filhos [...]. Se existe pena de morte, que sejam condenados à morte, mas que tenham direito a um túmulo pelo menos.*”.

Todavia, a pacificidade do ato, bem como a curiosidade dos passantes, logo se transforma em tensão. O jornal reconhece que havia a presença de policiais à paisana, vestidos em roupas civis, que estavam no local para evitar aglomerações. Entretanto, tinham sido treinados para não interferir na manifestação, que era acompanhada por jornalistas estrangeiros identificados com crachás.

O periódico destaca que aos poucos começaram a aparecer as manifestações contrárias ao protesto das mães. Muitos desses cidadãos argentinos contrários ao ato compreendiam que os desaparecidos pelo regime eram subversivos, portanto, precisariam ser retirados de cena. As mães indignadas protestam contra tais opiniões.

Nesse primeiro conflito o jornal se posiciona favoravelmente aos argentinos contrários à manifestação, representando as *Madres* de maneira pejorativa, corroborando à representação do regime militar argentino:

Mas aos poucos começaram a aparecer as primeiras manifestações contrárias às mães. Um senhor chegou-se junto a um grupo de mães e disse: “Se não fossem subversivos e terroristas não teriam desaparecido, nada teria acontecido a eles”. **As mulheres reagiram como loucas, literalmente com gritos históricos partiram em grupo para cima do senhor** gritando: “Você não tem filho um desaparecido”. Outras, com vozes finas e roucas, gritavam sem parar: “Assassino, assassino, assassino”. (OESP, 1978, p. 22)³

O periódico ainda destaca a importância da presença dos jornalistas estrangeiros para as mães. Segundo as mulheres, se eles não estiverem cobrindo o ato “[os policiais] nos agarravam e nos levavam, assim como nosso filhos”.

Além de aproveitarem a segurança trazida pelos jornalistas, as mulheres podiam divulgar ao mundo o que ocorria na Argentina e denunciar a violação dos Direitos Humanos. Assim, começam a mostrar capas de revistas sobre o desaparecimento de pessoas para tais estrangeiros. Logo, inicia-se o segundo conflito.

Um policial que não estava à paisana pede para que uma das mães pare de mostrar aos estrangeiros uma revista que tratava sobre o desaparecimento de seus filhos. Com o não acatamento da ordem, o policial a

³ Grifos da autora.

arrasta para um carro da Polícia Federal, apreendendo-a. O jornal em nenhum momento questiona essa prisão e não tem intenção de saber o que ocorreu com essa mãe após o ato, pelo contrário, o periódico elogia a postura pacífica dos policiais que apenas queria que o grupo circulasse.

Após esses primeiros conflitos, as mães se direcionam à *Calle Florida*. E, mais uma vez, o jornal demonstra o incomodo causado por aquelas mulheres:

[...] ao saírem da praça, pararam o trânsito pela primeira vez, pois o sinal estava fechado para pedestres e elas continuavam sua marcha sem se importar com as buzinas insistentes dos motoristas que não sabiam o que se passava. [...] começou uma manifestação que preocupou as autoridades, pois esta é a rua mais movimentada de Buenos Aires, um calçadão, que está literalmente tomado à tarde. (OESP, 1978, p. 22)

Novamente, já na *Calle Florida*, o jornal prefere destacar as discordâncias que o ato gera, deslegitimando o movimento das mulheres:

Constantemente, a passeata era interrompida pois foi grande o número de argentinos que discordava do movimento. Eles paravam as mães para alegar que “este não é o momento certo de fazer isto”. As mães tentavam contra-argumentar que, “se não fizessem agora, nunca mais poderiam realizar uma manifestação pacífica”. **Os moderados balançavam a cabeça em sinal de desaprovação.** E os radicais gritavam tanto quanto as mulheres: “Eu não fiz nada – disse um jovem com uma maleta – e, por isso estou aqui, **o governo não perturba quem anda direito.** (OESP, 1978, p. 22)⁴

Essa extensa aparição das *Madres* no OESP reafirma a postura liberal – e controversa – que o periódico assume desde sua formação. Apesar de acreditar na liberdade econômica, acede uma posição conservadora nos

⁴ Grifos da autora.

costumes sendo contra os protestos que restringiram a liberdade de ir e vir dos cidadãos argentinos e dos estrangeiros na Copa de 1978. Por isso, preferem destacar as discordâncias do ato e os conflitos ocasionados pela presença daquelas mulheres radicais. Além disso, o jornal abre espaço para a construção de uma memória da ditadura baseada na “teoria dos dois demônios”⁵. Constantemente destaca, utilizando as palavras dos passantes, a punição dos subversivos e terroristas pelo governo – os cidadãos direitos não sofreriam nenhuma restrição.

Assim, a representação que o OESP faz das *Mães* é extremamente pejorativa, reproduzindo a dominação e a violência simbólica expostas por Chartier (2011). E o periódico, como um aparato privado de hegemonia na sociedade civil, na conceituação de Gramsci, acaba permeando a própria hegemonia do Estado argentino que compartilhava da mesma visão negativa do grupo.

Assim como o OESP, o *Jornal do Brasil* traz em suas páginas da sessão internacional do dia 9 de junho de 1978 a primeira grande manifestação das *Madres de Plaza de Mayo*. Nas palavras do correspondente Aluizio Machado, e em uma notícia muito mais curta em comparação à apresentada pelo OESP, o JB compreende o objetivo das MPM de chamar a atenção para seu movimento durante a Copa do Mundo. Todavia, a atenção esperada não foi conquistada, o que demonstra o próprio título da notícia: “*Mães de desaparecidos voltam à Plaza de Mayo sob crítica de passantes*”.

O periódico compreende que, pelo menos durante uma hora, o mundo voltou os olhares àquelas mães, deixando o futebol em segundo

⁵ A memória constituída ao final da ditadura argentina baseada na “teoria dos dois demônios” pregava que o Terrorismo de Estado foi uma consequência direta do Terrorismo praticado pela Guerrilha Armada. Para a teoria, ambos os grupos terroristas cometeram excessos. Todavia, para setores da esquerda, essa teoria deve ser rechaçada por relativizar a violência praticada pelo Estado argentino. Ver mais em: ARAÚJO, Maria Paula. Memórias comparadas das esquerdas no Brasil e na Argentina: o debate da luta armada.

plano. Passado o protesto, voltaram-se os olhares ao futebol e se intensificavam as críticas:

[...] ao fim do desfile de pouco mais de 200 mulheres, Florida voltou ao assunto futebol, euqnato alguns cidadãos reprovavam a manifestação. “Não é o momento para isso” ou “vai se queixar a Firmenich” (líder montonero), ou ainda “Seus filhos mataram inocentes”, foram algumas expressões ouvidas. (JB, 1978, p. 13)

Entende-se essa manifestação como concorrida, pois foi grande o número de jornalistas que disputavam um espaço com os próprios passantes críticos para observar tudo. Apesar da interferência policial, que sem violência tentavam dar fim à manifestação, e as críticas de curiosos argentinos, o JB cita o desconforto causado pelas MPM ao público argentino:

Em nenhum momento elas receberam de qualquer espectador uma palavra de conforto. Ao contrário, os poucos dentro do público que se manifestavam, o faziam, irados, para reprová-las, o que dava motivos a calorosas discussões. Um dos contra-manifestantes foi solicitado por um policial a deixar o local, quando um grupo de mulheres o cercou aos gritos de “provocador” e “insensível”. (JB, 1978, p. 13)

É a partir da comparação dos fatos noticiados por diferentes veículos que se compreende a distinção de postura dos periódicos. OESP cumpre com sua ideologia liberal na economia e conservadora nos costumes, seguindo a hegemonia do Estado argentino ao tratar as MPM de maneira pejorativa, identificando seu movimento como não-válido. O JB tampouco valida o movimento, mas, ao menos, procura demonstrar, em poucas linhas, mais versões do fato histórico, remetendo-se às lutas simbólicas que

ocorriam na Argentina pela representação das *Mães*. As MPM são chamadas de *las locas* pelo periódico e não são legitimadas, porém, o JB faz referência ao movimento de uma maneira um pouco mais pacífica.

Por fim, a última notícia publicada antes do final da Copa de 1978 se dá pelo OESP. Pela primeira vez, fala-se sobre um possível desaparecimento. A representação das MPM, entretanto, continua negativa.

Localizado na sessão internacional do jornal, na página 8, OESP trata, em 14 de junho de 1978, sobre o desaparecimento do jornalista Julián José Delgado. O jornalista, um dos responsáveis pela revista *Mercado* da Argentina, havia desaparecido em quatro de junho após visitar um médico. Para o Jornal, há cinco possíveis hipóteses para seu desaparecimento:

- 1) Ele foi sequestrado por marginais comuns, interessados em obter resgate;
- 2) Ele foi sequestrado por um comando terrorista;
- 3) Ele teria sido sequestrado por um comando de ultradireita, nos moldes da Aliança Anticomunista Argentina;
- 4) Ele teria sido preso por um dos organismos paramilitares, que estaria fora do controle das autoridades governamentais;
- 5) Finalmente, ele poderia ter resolvido, espontaneamente, desaparecer de Buenos Aires. (OESP, 1978, p. 8)

As *Mães* entram em cena na notícia do correspondente Marcos Wilson, por se aproveitarem da situação para promover sua causa, prejudicando a estabilidade do governo de Videla:

[...] o desaparecimento de Julian Delgado poderá trazer graves consequências políticas, uma vez que as mães dos desaparecidos, conhecidas como **las locas de Plaza de Mayo**, aproveitam a presença de jornalistas estrangeiros para ampliar a campanha “para localizar seus filhos que sumiram depois da tomada de poder pelos militares, em março de 1976”. Amanhã, quinta-feira, as mães voltarão a sair às ruas complicando ainda mais a situação. Os desaparecidos, milhares segundos as entidades de direitos humanos [...] são o ponto frágil do governo. (OESP, 1978, p. 8)

Ao fim da notícia, o periódico reconhece a existência de uma opinião divergente da sua, que atenta para o problema dos desaparecidos. O jornal *Buenos Aires Herald* caracteriza os desaparecimentos como sequestros promovidos pelo governo e clama para que os cidadãos argentinos denunciem as violações de Direitos Humanos.⁶

Novamente, apesar de demonstrar certos problemas enfrentados pela sociedade argentina, OESP relativiza a violação dos Direitos Humanos e o Terrorismo de Estado. As *Madres*, por sua vez, são retratadas como mulheres que se aproveitam dos tropeços do Processo para promoverem sua causa. Novamente, há a tentativa, pelo periódico, de forjar o significado do movimento das *Mães*.

Napolitano (2017) afirma que é notório que os jornais da Grande Imprensa brasileira, mesmo sofrendo censura em certos períodos de repressão ditatorial, não romperam completamente com o regime até os anos de 1980. Por vezes, posicionavam-se contrariamente à algumas decisões governamentais, especialmente econômicas, porém, não quebrando os laços.

A partir dessa importante consideração, deve-se compreender as notícias apresentadas até o final da Copa do Mundo de 1978, especialmente as presentes no OESP. O jornal paulista assume um discurso semelhante ao proferido em suas páginas nas vésperas do Golpe Civil-Militar brasileiro de 1964. Mesmo que nos anos de chumbo tenha sofrido represálias, suas preocupações políticas e sociais se mantêm e são reproduzidas no país vizinho. Baseados nos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, o jornal compreende o subversivo argentino como um agente perigoso e infiltrado na sociedade de ordem – as mães desses subversivos, portanto, não devem

⁶ Hoje se sabe que o jornalista desaparecido, Julián Delgado, foi sequestrado e morto pelo Processo de Reorganização Nacional em 1978. Ver mais em: Lewis, Paul H. *Guerrillas and Generals*.

ser legitimadas; apoiar a subversão de seus filhos, torna-as loucas, quando não subversivas.

O *Jornal do Brasil*, apesar de não romper completamente com o regime militar brasileiro, assume um posicionamento distinto ao tratar sobre a Argentina. Prefere não se dispor claramente, todavia, demonstra em suas páginas uma versão além da hegemônica, ressaltando os debates acerca dos Direitos Humanos. Ainda assim, o movimento das MPM não é legitimado pelo veículo.

A Argentina após a Copa de 1978: quem ficou com a legitimidade?

Os gritos frenéticos dos torcedores argentinos ecoam por Buenos Aires. A felicidade é expressa enquanto milhares de bandeiras azuis e brancas são levantadas pelo Estádio Monumental Núñez, logo após o final do jogo que consagraria a Argentina como campeã mundial da Copa de 1978, com um placar de 3X1 sobre a Holanda¹. O desafio de sediar um importante evento em um período histórico delicado é superado da melhor maneira.

O último desafio a enfrentar seria a imagem deixada pelo regime, capaz de sediar e vencer a Copa, aos demais países. Porém, havia a percepção, pelos turistas torcedores e pela mídia internacional, do clima instável que o país enfrentava desde 1976, intensificado pela denúncia recorrente das MPM contra a violação dos Direitos Humanos? O JB e o OESP possuem suas próprias percepções.

Com um grande destaque na página 49 do jornal OESP, que abarca exclusivamente o tema da final da Copa do Mundo de 1978, sediada na Argentina, há, em 25 de junho de 1978, o título chamativo “*O regime militar ficou com a maior vitória*”. Na matéria, o jornal destaca os grandes ganhos à Argentina como sediadora no mundial.

Além de vencer o campeonato, a Argentina saiu como vitoriosa no campo político. O país conseguiu mostrar ao mundo que era capaz de realizar um grande evento em segurança e com o apoio da maioria dos argentinos que se uniam em um sentimento de orgulho nacional:

¹ Ver mais sobre o último jogo da Copa de 1978 em: FIFATV. 1978 WORLD CUP FINAL: Argentina 3-1 Netherlands.

[...] o governo acredita ter conseguido as seguintes vitórias: transmissão para o mundo de uma imagem de relativa tranquilidade e segurança; união dos argentinos, independente de suas convicções políticas, em torno das autoridades e da necessidade imperiosa de realizar a competição; eliminação de atos terroristas de maior amplitude, que pudessem deslocar o foco para os problemas políticos internos; ampliação das bases populares de apoio; presença, na Argentina, de dirigentes políticos importantes no quadro internacional; neutralização momentânea da inquietação popular causada pela crescente onda de inflação. (OESP, 1978, p. 49)

O periódico reconhece que ao longo do mundial houveram alguns atos terroristas e alguns pequenos protestos – como o das *Madres* – que chamaram a atenção dos jornalistas estrangeiros. Todavia, além da organização militar que garantiu a segurança de todos, os estrangeiros foram capazes de perceber que nem todos os argentinos apoiavam tais movimentos:

As denúncias de violação dos direitos humanos restringiram-se às manifestações dos parentes de pessoas desaparecidas na plaza de Mayo. Se, por um lado, os jornalistas estrangeiros conseguiram registrar essas manifestações, cuidou-se, por outro, de mostrar que nem todos os argentinos as apóiam, o que foi conseguido por um grupo de torcedores fanáticos reunido para hostilizar as mulheres. (OESP, 1978, p. 49)

Nesse sentido, compreende-se o processo de adesão do jornal OESP ao governo argentino. Ao contrário da representação que realiza das MPM, caracterizada por uma construção envolta de rechaços – no sentido proposto por Chartier (2011) –, o periódico alcança consensos e prevê a legitimidade para/com a ditadura de Videla. Com isso, apesar da grande repercussão na Europa do movimento das MPM e do protesto ocorrido alguns dias antes e noticiado pelo periódico, OESP considera o movimento de *Mães* como algo irrelevante, apenas uma pequena “pedra no sapato” do Processo, que precisaria resolver isso internamente.

O jornal ainda reconhece que os argentinos possuíam o entendimento de que a economia passava por um momento difícil. O futebol não representava uma política de “Pão e Circo”, um meio de controlar a população, como no caso brasileiro na Copa de 1970, por outro lado, com os ganhos da Copa de 1978, o povo é capaz de se unir, especialmente contra a opinião externa. O sentimento de orgulho nacional predominava ao fim da Copa, que foi extremamente boicotada por estrangeiros defensores dos Direitos Humanos.

Um pouco mais abaixo da página, há um outro título, menos destacado: *“Um grito de gol, distante e dolorido”*. A pequena entrevista com argentinos residentes no Brasil traz a emoção de vencer a copa, em contradição à tristeza sentida pela situação do país. É nesse momento em que há, pela primeira vez, o reconhecimento da violação dos Direitos Humanos e do Terrorismo cometido pelo Estado. Todavia, o periódico não se ocupa a se posicionar sobre os fatos, apenas deixa com que os argentinos expressem suas questões:

Nós, os argentinos, festejamos gols de Luque, Kempes ou Houseman com grande tristeza no coração. Estávamos acostumados a que o futebol fosse nossa máxima festa popular. E efetivamente continua sendo. Mas hoje, não podemos nos esquecer, entre uma partida e outra, um gol e outro, entre um drible e outro, da situação que vive nosso país e que, diariamente, é comentada pela imprensa internacional. Por isso, estamos presos às telas de nossos televisores, como todos argentinos, desejando a vitória de nossa equipe e desejando, ao mesmo tempo, que o governo argentino dê a conhecer a sorte de quase dez mil pessoas desaparecidas na Argentina, durante os anos de 1976 e 1977; desejando que cessem os sofisticados métodos de tortura que utilizaram os organismos de repressão; desejando que os “comandos” especializados não respondam a nenhum controle (e que são um tribunal insaciável que julga diariamente a vida de centenas de pessoas) deixem de percorrer a cidade impunemente. (Entrevista com torcedores argentinos residentes no Brasil para OESP, 1978, p. 49)

É apenas na citação desses argentinos residentes no Brasil que, finalmente, as *Madres de Plaza de Mayo* são reconhecidas e entendidas com legitimidade, havendo espaço nas páginas do periódico para uma disputa simbólica de representação:

Hoje, comprometemo-nos ante cada boa jogada de nossos rapazes (e esperamos que deem para a Argentina o ansiado título mundial) a gritar também, embora com um dolorido grito interior, junto às esposas, mães e irmãs dos desaparecidos, junto a aquelas que a imprensa internacional chama de locas de la plaza de Mayo. Torcemos também por elas, que com olhar grave e inquietador para aqueles que se propuseram a eliminar uma geração de argentino, estão representando a silenciosa angústia do povo. (Entrevista com torcedores argentinos residentes no Brasil para OESP, 1978, p. 49)

Assim, mais um vez, OESP assume um determinado posicionamento. Ele cita em suas páginas os maiores problemas argentinos – como a inflação e a violação dos Direitos Humanos –, entretanto, tais devem ser resolvidos pelos próprios argentinos. Não cabe à mídia brasileira criticar os esforços do Processo de Reorganização Nacional, o que cabe à imprensa, no entanto, é perceber que movimentos como o das MPM prejudicam a atuação do governo e mancham a imagem da Argentina para o mundo. Logo, a violação dos Direitos Humanos e o Terrorismo de Estado são relativizados.

O JB assume outra postura. Sob autoria do correspondente Aluizio Teixeira, no domingo após o final da Copa do Mundo de 1978, em 25 de junho, faz-se uma análise do evento, caracterizando-o como “*um teste político para Videla*” – algo previsto desde os preparativos para o campeonato. O saldo, segundo o correspondente, foi positivo, pois foi a primeira vez desde o início do Processo que o povo argentino se reunia em

praça pública para comemorar a vitória do Mundial. O orgulho nacional era finalmente reavivado:

O General Videla, o Almirante Massera e o Brigadeiro Agosti, constituídos em tríka dirigente ou sozinhos, tiveram a primeira grande oportunidade de projetar suas imagens para o país e o mundo, tendo como fundo já não cenários oficiais, mas o próprio povo que aderiu de corpo e alma ao espetáculo desportivo-político, para saudar generosamente seus jogadores, heróis nacionais. Nenhum regime perderia esta ocasião de capitalizar a empolgação nitidamente popular e procurar canalizá-la em direção a outros objetivos. (JB, 1978, p. 15)

Os ganhos, segundo o correspondente do JB, resumem-se na infraestrutura fornecida pelo governo para o evento (elogiada até mesmo por Pelé), a hospitalidade do povo argentino, o investimento nas filmagens à cores, o clima de relativa pacificidade e segurança e, por fim, a divulgação de informações referentes ao cotidiano social da Argentina. O grande protesto das MPM, tolerado pelo governo, obteve permissão de difusão pela imprensa internacional, representando certa abertura do regime.

Porém, apesar de todos os ganhos, o JB faz menção aos problemas que persistirão após a Copa do Mundo – a queda da economia, o aumento da dívida externa e a incapacidade de prolongar o sentimento nacionalista seriam grandes questões. Ainda, a problemática dos Direitos Humanos e a investigação do Terrorismo de Estado por Organizações Internacionais poderiam ampliar a instabilidade do governo.

[...] as relações com Washington passam por uma fase crítica, e, enquanto o Departamento do Estado sofrer a influência do grupo mais radical na defesa dos direitos humanos, não haverá uma melhora, pois nada indica que o regime argentino esteja disposto a ceder nesse tema. Esta semana, o Chanceler Motes

convidou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da OEA, para visitar a Argentina e “verificar as condições jurídico-legais imperantes no país”, o que denota a preocupação do regime com o problema. (JB, 1978, p. 15)

A fragilidade presente no governo, tratando-se do assunto dos Direitos Humanos, representaria uma oportunidade para a persistência da luta das *Mães*. Todavia, há o entendimento de que o regime poderia se fechar e permanecer escondendo os horrores cometidos:

Enfim, são assuntos para “depois da Copa” e, com aumento ou não da popularidade do regime, no momento às voltas com o futuro “esquema de Poder” Las locas de la plaza de mayo voltarão às ruas e as organizações legais de defesa dos direitos humanos insistirão em procurar informações sobre os 2 mil 500 desaparecidos, **então os enviados especiais estrangeiros já terão regressado a seus países.** (JB, 1978, p. 15)²

As últimas palavras da notícia do dia demonstram o entendimento do periódico de que a presença estrangeira no país modificava, mesmo que temporariamente, o comportamento dos agentes do regime. A tolerância com as *Madres* e o clima de estabilidade e segurança eram uma atuação que não persistiria para “*depois da Copa*”. Assim, os desaparecimentos pelo Terrorismo de Estado continuariam representando um problema social argentino.

Muitos meses depois, há a última menção do movimento em ambos os jornais. As notícias são similares, tratando-se de mais um protesto das MPM. A última aparição das MPM no periódico OESP se dá em 22 de dezembro de 1978, em uma pequena notícia intitulada “*Manifestação na Argentina*”. Sem destaque na página 22, em suas treze linhas, narra mais uma manifestação das *Mães* pelo aparecimento de seus filhos.

² Grifos da autora.

Com cerca de 10 mil familiares de desaparecidos protestando na Praça de Maio, o governo finalmente decide dialogar com membros do movimento. Logo, recebem na Casa Rosada cinco mulheres e dois homens. Apesar do número expressivo de manifestantes, *O Estado de São Paulo* não reconhece o acontecimento como válido de destaque em suas páginas, uma vez que posiciona a notícia entre tantas sobre ocorrências internacionais, por vezes, consideradas mais importantes.

O JB, por sua vez, também trata desse fato em 22 de dezembro de 1978. Diferentemente do OESP que relata a presença de mais de 10 mil familiares de desaparecidos no protesto, o JB cita a participação de mais de mil familiares de desaparecidos que, em frente à Casa Rosada, gritavam pela justiça e liberdade de seus filhos sequestrados pelo Processo. Não se sabe se a diferença na divulgação do número de pessoas presentes se deu devido à imprecisão de contagem ou se houve a tentativa de minimizar o ocorrido.

De qualquer maneira, o JB cita duas informações importantes. O envio, pela assembleia de Direitos Humanos formada por uma delegação de familiares de desaparecidos, de um abaixo-assinado com mais de 37 mil assinaturas pedindo por informações e pela justiça contra os terrores cometidos pelo governo, e o caso dos 12 cadáveres encontrados na praia de Santa Teresita, próxima de Buenos Aires³.

Mais uma vez, o periódico se preocupa em trazer informações sobre a violação de Direitos Humanos ocorrida no país vizinho. Não há a afirmação de uma posição explícita quanto aos fatos, todavia, o JB

³ É possível que este fato faça parte dos chamados “voos da morte” ocorridos ao longo da última Ditadura Civil Militar argentina. Os “voos da morte”, geralmente organizados pelos comandantes dos campos de concentração clandestinos, possuíam o intuito de desaparecer com os considerados subversivos e/ou ocultar os cadáveres dos mortos pelo regime, excluindo as provas materiais contra o Processo de Reorganização Nacional. Assim, através de voos, jogavam-se corpos no mar. Esses corpos, muitas vezes, apareciam em praias da província de Buenos Aires, do Brasil, Uruguai e Paraguai. Ver mais em: Calveiro, Pilar. Poder e Desaparecimento. Soca, Diego. Os Voos da Morte como método de desaparecimento, extermínio e ocultação de cadáveres na Argentina (1976-1983).

reconhece o clima de terror na Argentina, dando certo destaque às vozes denunciantes.

O ano de 1978, portanto, é concluído com saldos positivos para Videla e seu governo, segundo OESP. O periódico é capaz de compreender os problemas sociais e políticos na Argentina, porém, não deslegitima o governo. As *Madres* continuam sendo representadas negativamente, como um problema a ser resolvido. Ainda que, ao final da Copa do Mundo, o periódico tenha trazido mais versões do movimento, representadas na fala dos argentinos no Brasil, as *Mães* ainda não são dignas de legitimidade.

O saldo do regime também é positivo para o JB, entretanto, há desconfianças. Os problemas sociais, econômicos e políticos são entendidos como fatores importantes para um bom governo, não sendo alcançados por Videla. As MPM são entendidas como o principal agente argentino capaz de demonstrar, em suas denúncias, os motivos de tais desconfianças. Assim, o periódico traz em suas páginas a luta simbólica e hegemônica pela representação do regime e das *Madres*.

Conclusão

Ao longo desta Monografia se pode perceber as complexas décadas de 1960 e 1970 para a América Latina, em especial para a Argentina e o Brasil. É nesse período que, por influência dos conflitos ideológicos da Guerra Fria, os países latino-americanos sofrem golpes civis-militares, que visavam destruir os inimigos subversivos responsáveis pela disseminação de ideias comunistas.

O Brasil, enfrentando uma ditadura a partir de 1964, demonstrou interessantes paradoxos ao longo dos anos de regime, especialmente em relação à sua imprensa. Os periódicos da Grande Imprensa, em particular os analisados, foram fortes contribuidores para a ascensão da ditadura no país na medida em que simpatizavam pelos militares. Todavia, esse cenário foi modificado. Com os anos de chumbo, os mesmos apoiadores sofreram diversos tipos de censura, decepcionando-se com os rumos que a dita revolução havia tomado.

A Argentina, por sua vez, também apresenta paradoxos na instauração do Processo de Reorganização Nacional. Porém, aqui se destaca a enorme repressão vivida no cotidiano, repercutida em diversos países do mundo já no ano do golpe, em 1976. A análise e representação da imprensa brasileira quanto aos similares acontecimentos do país vizinho se mostra de grande importância. Apesar de ainda conviver com uma ditadura repressiva, seus posicionamentos quanto ao governo do país vizinho e ao movimento que lutava contra tal ditadura se acusam interessantes para compreender as ideologias dos periódicos, bem como seu entendimento quanto aos regimes de Segurança Nacional.

Logo, além da análise e compreensão do que é exposto pela imprensa brasileira, é necessário identificar a importância do não-escrito, do silêncio. O silenciamento, no caso da presente Monografia, é a peça-chave para entender as principais diferenças representativas entre *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil*.

Apesar de favorável às ditaduras de Segurança Nacional pela América Latina, o *Jornal do Brasil* sede espaço em suas páginas para as denúncias de violações de Direitos Humanos. Logo, as *Madres de Plaza de Mayo*, sendo um dos maiores grupos pela luta contra o Terrorismo de Estado na época, são destacadas pelo jornal.

Não se pode afirmar que elas são legitimadas pelo periódico, entretanto, dentro do próprio jornal, abre-se espaço para as disputas simbólicas de representação do movimento. Se, por um lado, o JB expõe as reclamações dos militares do Processo de Reorganização Nacional, por outro, permite-se que as *Mães* se defendam. Logo, o JB é capaz de apresentar ao público-leitor o cenário vivido no país vizinho a partir de duas visões distintas.

O destaque do *O Estado de São Paulo* são seus silenciamentos. Além das poucas páginas destinadas ao movimento, o periódico ignora toda a preparação para a Copa do Mundo de 1978. Consequentemente, não informa ao público-leitor as violações de Direitos Humanos que ocorriam no país vizinho e, tampouco, os significativos protestos mundiais contrários à realização do evento na Argentina. Quando finalmente decide representar as MPM, o faz de maneira pejorativa e negativa. A utilização de preceitos próprios dos governantes argentinos ganham destaque no jornal. Logo, as *Madres* são constantemente entendidas como loucas, históricas e conspiradoras políticas.

Todo o processo de silenciamento e de representação negativa do movimento possui o intuito de legitimar o regime ditatorial argentino. O

periódico até reconhece, em determinados momentos, que há irregularidades políticas no país, todavia, utilizando-se de suas ideias liberais, preza pela não-crítica, uma vez que os problemas dos argentinos deveriam ser resolvidos pelos argentinos.

O destaque ao periódico liberal é dado ao final da Copa do Mundo, quando opta por expor em suas páginas a luta simbólica pela representação das *Mães*. Ao entrevistar argentinos exilados no Brasil, o jornal permite que seu leitor compreenda um outro ponto de vista pela primeira vez. Assim, há o reconhecimento do Terrorismo de Estado e do desrespeito aos Direitos Humanos, bem como uma positiva representação das MPM. Todavia, é válido salientar que tal opinião não reflete o posicionamento histórico do OESP.

Seja como for, é válida a identificação e compreensão de distintas representações, mesmo em periódicos pertencentes à Grande Imprensa Brasileira, posicionados ao redor da Hegemonia política. Além disso, é curiosa a conclusão de que os periódicos, mesmos passando por momentos de censura e crítica à regimes repressivos, são capazes de apoiá-los e defendê-los em outros momentos.

É interessante, ainda, pensar em futuras pesquisas historiográficas relacionadas à presente temática. Cabe aos historiadores continuarem costurando “*a colcha de retalhos da História*”, analisando outros aspectos da Representação das *Madres de Plaza de Mayo*. Pensar em outros periódicos brasileiros, especialmente os mais afetados pela Ditadura Civil-Militar no Brasil, pode apresentar outros panoramas e representações das MPM.

Além disso, pode-se ampliar o recorte temporal. O ano de 1979 é extremamente representativo para as *Madres* pelo reconhecimento mundial alcançado e as diversas viagens para a Europa realizadas (ASOCIACIÓN, 1999). Ainda, o processo de transição para a democracia na Argentina, a partir de 1983, é extremamente marcado pela luta das *Mães* em prol da

valorização da memória, da verdade e da justiça (NOVARO; PALERMO, 2007). Assim, também cabe pensar historiograficamente a representação das MPM nesses períodos-chave da História Argentina.

Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e O Movimento. Bauru: Edusc, 1999. 270 p.
- ASOCIACIÓN, Madres de Plaza de Mayo. **Historia de las Madres de Plaza de Mayo**. Buenos Aires: Ediciones Asociación Madres de Plaza de Mayo, 1999. (20 años de lucha).
- AZCONEGUI, Cecilia. De madres de desaparecidos a Madres de Plaza de Mayo 1976-1983. In: FAVARO, Orietta; IURNO, Graciela (ed.). **El "árcon" de la Historia Reciente en la Norpatagonia argentina**: articulaciones de poder, actores y espacios de conflicto, 1976-2003. Buenos Aires: Biblos, 2012. Cap. 5. p. 147-181.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação e História: confluências. **Interin**, S/L, v. 2, n. 4, p. 4-20, jul./dez. 2019.
- _____. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 215-234, jul/dez. 2006.
- BONICEGNA, Debora Sonegheti; HENRIQUES, Rafael Paes. A construção da verdade na notícia: por que acreditamos no jornalismo?'. In: XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2019, Vitória. **Trabalho apresentado na DT1 – Jornalismo Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação**. Vitória (ES): INTERCOM, 2019.
- BRAVO, Guilherme Pigozzi. O Partido Impresso: a imprensa e hegemonia política no pensamento político de Antonio Gramsci. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, p. 1-12, jul. 2011.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**: imprensa e ideologia: o estado de s. paulo. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980. 176 p.

CATELA, Ludimila da Silva. Derechos Humanos y Memoria: historia y dilemas de una relación particular en Argentina. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1/2, p. 9-20, jan./dez. 2008.

_____. Elementos y marcas de las memorias. In: **SEMINARIO INTERNACIONAL SOBRE LA MEMORIA E HISTORIA**, Ciudad de Guatemala. 2005.

CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, p. 15-29, jul./dez. 2011.

_____. O Mundo Como Representação. In: CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. Cap. 2. p. 61-79. Tradução de: Patrícia Chittoni Ramos.

DUHALDE, Eduardo Luis. **El Estado Terrorista Argentino**: quince años después, una mirada crítica. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a Serviço do Progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 83-102.

FERREIRA, Marieta Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. "Jornal do Brasil". In: ABREU, Alzira Alvez de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTAMN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

FRANCO, Marina. Derechos humanos, política y fútbol. **Oficios Terrestres**, [S.L], p. 30-45. [S/D].

GENTILLI, Victor. O jornalismo brasileiro do AI-5 à distensão: "milagre econômico", repressão e censura. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 87-99, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. VI 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, 332 p. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001. Cap. 1. p. 17-43. Tradução de: Lilian Ulup.

KRILOW, Letícia Sabina Wermeier. **Cidades de papel**: as representações sobre as favelas na imprensa carioca durante o segundo Governo Vargas (1951-1954). Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2018.

_____. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande imprensa carioca” de 1955 a 1960. **Oficina do Historiador**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 1-21, 4 out. 2019. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/21778-3748.2019.1.33745>.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A Imprensa como Fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Revista de História Bilros**: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s), Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-24, jan./junho 2016.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2019. Cap. 4. p. 111-153.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. A Copa do Mundo da ditadura ou da resistência? Comemorações e disputas de memórias sobre a Argentina de 1978. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, [S.L.], v. 32, n. 68, p. 675-694, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942019000300007>.

MARCONI, Paolo. **A Censura Política na Imprensa Brasileira**. São Paulo: Global Editora, 1980. 312 p.

MATHIAS, Suzeley Kalil. O Projeto Militar de Distensão: notas sobre a ação política do presidente Geisel. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, p. 149-159, 1995.

MARTONARO, Eduardo Rodrigues. América Latina em Foco: o monitoramento referente a política de Direitos Humanos no Cone Sul durante os primeiros momentos do governo Carter (1977). **Anpuh - Brasil**: 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019.

- MÜLLER, Pricila Niches. *Marcha sobre Pequim: a República Popular da China na política externa do governo Geisel (1974-1979) segundo o Jornal do Brasil e O Estado de São Paulo*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2019.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.
- _____. A Imprensa e a construção da memória do Regime Militar Brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio/ago. 2017.
- NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina**: do golpe de Estado à restauração democrática. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 752 p. Tradução de: Alexandra de Mello e Silva.
- OBLIGADO, Clara. Azucena Villaflor: la madre del pañuelo blanco. **Asparkía**: investigación feminista, S/L, n. 17, p. 231-239, 2006.
- PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional. **História e Luta de Classes**, nº 4, julho 2007. p. 43-49.
- PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. Ditaduras militares e sociedade civil. In: PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2020. Cap. 11. p. 167-183.
- REGINA, Thiago Costa Juliani. **As representações sobre a União Democrática Nacional na imprensa carioca do Segundo Governo Vargas (1951-1954)**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2020.
- ROLDÁN, Diego. La espontaneidad regulada: fútbol, autoritarismo y nación en argentina 78. una mirada desde los márgenes. **Prohistoria Ediciones**, Rosario, p. 125-147, 2007.
- SANTOS, Dominique Vieira dos. Acerca do Conceito de Representação. **Revista de Teoria da História**, Universidade Federal de Goiás, p. 27-53, dez. 2011.
- SILVA, João Batista Teófilo. **Imprensa, Ditadura e Abertura Política**: entre consentimentos, atritos e ambivalências. A atuação dos jornais cearenses correio da

semana e o povo. 2015. 229 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa: algumas contribuições metodológicas. **História e Historiografia**: contribuições ao debate, São Paulo, v. 4, p. 89-102, jan./dez. 1985.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org